SENADO FEDERAL

Senador **Paulo Paim**
PT/RS

# FUNDEP

Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional
e Qualificação do Trabalhador

BRASÍLIA – 2009

# Apresentação

O ensino técnico profissional já está mudando a cara do Brasil. A mudança se consolidará a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 24/2005, de autoria do Senador Paulo Paim, criando o Fundo do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (FUNDEP), que universalizará a formação profissional.

O Senador Paulo Paim, parlamentar com história pessoal e atuação política na defesa de todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas, é profundo conhecedor da relação trabalho e salário e possui raízes no ensino técnico. A decisão de legislar para que milhares de jovens tenham real acesso à educação técnica profissional, tenho certeza, é resultante de sua vivência e seu forte compromisso com o social.

Acompanho a trajetória do Senador Paim. A sua constante preocupação com a ampliação do ensino técnico, histórica por sinal, é fundamentada em sua crença de que o ensino profissional é de total relevância para a construção de um novo perfil da classe trabalhadora. Sem dúvida, constitui-se na esperança para aqueles que não têm acesso ao mercado de trabalho, diante de um mundo globalizado e cada vez mais exigente.

Sempre atento às necessidades de sua gente e preocupado em oferecer condições para que os direitos estejam ao alcance de todos, pensou em uma fonte segura de financiamento para a educação profissional, não somente para sua manutenção, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento.

Como dirigente da categoria dos técnicos industriais, aplaudimos esta iniciativa de inclusão educacional e social gerada pela

PEC Paulo Paim. A aprovação do Fundep são sementes jogadas ao solo, centenas de escolas brotarão propiciando a formação de mais profissionais, gerando conhecimento, emprego e renda.

Somos gratos ao Senador Paulo Paim por tudo que ele representa para a classe trabalhadora. Mas, em nome dos técnicos industriais que represento, quero dizer que esta gratidão se multiplica pelo fato de sua PEC, aprovada, significar, de imediato, recursos para o ensino profissional. As conseqüências disso, sabemos, são mais oportunidades, mais direitos para todos.

Vamos trabalhar juntos para que isso aconteça. Inclusão educacional e social para o desenvolvimento do Brasil.

**Técnico Industrial Ricardo Nerbas**
*Diretor da Federação Nacional dos Técnicos Industriais*
*Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul – SINTEC-RS*

## Vivenciando a Escola Técnica

Muito cedo descobri que as causas sociais iriam dar rumo aos meus passos. Meu olhar estava sempre atento à vida que me cercava e às diferentes condições em que as pessoas viviam.

Pensava em como seria bom se todas as crianças pudessem ter uma casa aconchegante, ter os brinquedos que povoavam as suas fantasias e alimento farto.

Desde logo aprendi que sonhos deveriam vir acompanhados de força de vontade e muita luta.

E foi assim que, desejoso de dar asas aos meus sonhos, resolvi disputar, aos doze anos, uma vaga num concurso para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, em Caxias do Sul, onde morava. Como o resultado demorava um pouco a chegar e eu precisava trabalhar, fui para Porto Alegre com a intenção de trabalhar na feira livre de um primo meu, onde vendia frutas, legumes e verduras. Estando lá há seis meses, num dia que jamais me esquecerei, de repente avisto a figura do meu pai, que vinha me buscar.

Eu, com meus doze anos, criança tendo que ser adulto, olhei para meu pai[1] e fui em sua direção cheio de uma saudade que invadia de todo o meu peito. Mas, minha alegria só fez aumentar quando ele me disse: "Filho, vim te buscar porque você passou no concurso do Senai."

Meu Deus, eu ia para casa, poderia abraçar minha mãe[2], queria rir e chorar no seu colo. Poderia voltar a conviver com

[1] Ignácio Alves Paim, pai do Senador Paulo Paim, nascido em 12-11-14 no 3º Distrito de Bom Jesus e falecido em 20-10-74, era metalúrgico da empresa Marco Polo, em Caxias do Sul.

[2] Itália Ventura da Silva Paim, mãe do Senador Paulo Paim, nascida em 25-3-17 no 3º Distrito de Bom Jesus e falecida em 29-8-03, era operária da Empresa Gethal de Caxias do Sul.

meus 10 irmãos e rever meus amigos de infância, e, além disso, eu iria aprender uma profissão! Senti que ali a minha vida começava a mudar.

Atravessava a cidade a pé ou de bicicleta. Quando tinha dinheiro, pegava o ônibus. Mas nada disso era problema para mim, eu estava tão feliz por realizar o sonho de aprender uma profissão!

E foi ali que o meu amor pelo ensino profissionalizante foi demarcado. Me apaixonei por ele, certo das oportunidades que ele me trazia. Sentia na própria pele os efeitos que este instrumento de cidadania produzia em mim e acreditei nele, como acredito até hoje.

Depois de seis meses passei então a receber meio salário mínimo, pago pela Vinícola Rio-Grandense, em Caxias do Sul.

Ah, que festa! Quantas coisas se colocavam ao meu alcance. Eu podia enfim comprar minhas roupas, arrumar minha bicicleta, pagar o ônibus.

E os companheiros de jornada? Lembro com saudade do Jaime Perin, que me acompanhava no ciclismo também.

Hoje ele trabalha na Empresa Invensys Aplianced Controls Ltda. Outro grande parceiro foi o Nauro Roncada, que é diretor aposentado da Randon. Tem ainda o Ulisses Furlin, atualmente Gerente de Produção das Carrocerias Guerra, e o Jamir Angeli, que é aposentado do Banrisul, e também o Zeca, o Scott e muitos outros.

Quantos nomes nós conhecemos, cuja base foi a escola técnica? Nosso Presidente Lula, o Senador Mesquita Junior, os companheiros Jair Meneghelli, Vicentinho e não pára por aí.

O Senai foi a base de toda a minha formação.

Eu tinha o sonho de estudar na Escola Técnica Parobé, mas não consegui. Naquela época era muito difícil, mas hoje também é, por isto, luto sem descanso para conseguir ampliar as escolas técnicas. Quero muito ver, pelo menos, uma delas em cada cidade deste País.

Acredito no ensino profissionalizante como algo para além da formação, como instrumento de combate às discriminações, à violência, como uma porta que se abre para todos.

## Partilhando uma conquista

Minha crença neste instrumento fez com que eu apresentasse o Projeto de Lei do Senado nº 274/2003, a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2005 e o Projeto de Resolução nº 24/2007, que visam fazer, além da estrutura do prédio, a manutenção da cidadania.

Apresentar estes projetos foi colocar no papel o sonho que acalento desde pequeno e que me possibilitou tanto crescimento. Vejo os resultados que esse aprendizado me proporcionou e gostaria de poder estendê-lo a muitos jovens.

Desde que apresentei este projeto tenho me pronunciado a respeito dele de forma insistente, sabedor do seu significado na vida de pessoas que estão desmotivadas, que deixaram de acreditar que cultivar ideais ainda vale à pena. É preciso crer que é possível construir um novo futuro. Quero oferecer a eles uma chance em meio a tantas adversidades, a tantos caminhos que só destroem e não os levam a nada.

Em 2003 eu dizia que: "...A formação de trabalhadores capazes de enfrentar as mudanças econômicas e sociais que o mundo experimenta vai exigir que o País prossiga no necessário desenvolvimento da educação profissional, e para isso é imperativo que se inclua o ensino profissionalizante como prioridade na educação brasileira."

Foi na qualidade de quem acredita que será através da qualificação profissional que milhões de brasileiros, jovens e adultos, terão sua chance no mercado de trabalho, que solicitei em 2005 à Consultoria Legislativa um estudo sobre como ampliar a oferta

de vagas nos cursos de educação profissional, de modo a democratizar o acesso a essa modalidade de ensino.

No ano de 2005 mencionei o orgulho em participar, como coordenador no Senado, da Frente Parlamentar do Ensino Profissionalizante, e da proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP, Projeto de Lei nº 274/2003. O intuito da proposta é gerar trabalho e renda, melhorando as condições de acesso ou permanência das pessoas mais jovens no mercado de trabalho.

A educação profissional precisa contar com uma fonte segura de financiamento, não somente para sua manutenção, mas principalmente para sua expansão e desenvolvimento.

Desta forma, apresentei a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2005, a qual fica constituído um fundo nacional.

## Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2005

É importante conhecermos os objetivos deste projeto:

– criar oportunidades de emprego e geração de renda;

– promover a descentralização e a regionalização de ações da educação profissional;

– articular a educação profissional com as políticas públicas de geração de emprego e renda;

– combater a pobreza e as desigualdades sociais e regionais;

– elevar a produtividade e a competitividade do setor produtivo.

Pela proposta, o fundo teria receitas provenientes de diversos impostos e contribuições – o que não onera o tesouro, nem sacrifica outras políticas públicas –, destinado a compor, com os recursos originários dos Governos Federal, Estaduais, Municipais, do Distrito Federal e de instituições patronais e privadas, as verbas necessárias para fazer face à demanda crescente por cursos profissionais, não somente de nível médio como das outras tipificações.

Espera-se arrecadar para o Fundo pelo menos R$2,6 bilhões, com origem no Imposto sobre a Renda (IR) e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Em 2006, salientei que entre os objetivos do Fundep estão o de geração e manutenção de emprego e renda, combate à pobreza e às desigualdades sociais e regionais, descentralização regional, além da elevação da produtividade, a qualificação e a competitividade do setor produtivo.

Disse que não é possível que deixemos nossos jovens à deriva com o sentimento de abandono tomando conta deles. Sempre frisei que era necessário fazer algo com urgência, que o clamor

deles é por emprego, por perspectiva de vida. E que, o que eles pedem, é direito deles!

Aliás, isso me faz recordar a história de um rapaz que certa vez encontrei em uma de minhas visitas às cidades gaúchas. Ele veio até mim e, notadamente cansado, apesar da pouca idade, falou: "Eu me chamo João e sou o mais velho de três irmãos e uma irmã. Meu pai é taxista e minha mãe lava roupa para fora. Eu conheço a sua história, Senador, e sei que sua vida também não foi fácil. Tudo o que eu quero é poder ter esperança de que existe uma chance para nós. Eu preciso aprender uma profissão. Será que é demais alguém sonhar com isso?"

Como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante no Senado Federal, sendo o Deputado Alex Canziani, coordenador na Câmara, em 2007 voltei a afirmar minha crença de que o Fundep pode ajudar na construção de um novo perfil da classe trabalhadora, que esteja qualificada a responder aos desafios das modificações tecnológicas e da globalização, e assim também contribuir para o novo projeto de desenvolvimento nacional e ajudar a fazer do Brasil um país cada vez mais justo e soberano.

A educação profissional é para mim uma responsabilidade histórica. Em 2007, voltei a lembrar, em um dos meus pronunciamentos, que sou filho do Senai e também do Movimento Sindical. Imaginem vocês: foi lá que aprendi minha primeira profissão, dei os primeiros passos como metalúrgico e, depois, entrei para a vida política.

Durante minhas falas, sempre lembrei dos tempos em que freqüentei a escola técnica, o Senai, e disse que sabia da representatividade que esse ensino tivera na minha vida. Deve ser assim para muitas outras pessoas que também puderam se qualificar para o mercado de trabalho através desses cursos.

Falei do quanto deveria ser doloroso para os pais carregarem em seus corações a preocupação com o futuro dos filhos. Os pais sabem que a exclusão dificulta imensamente a qualificação profissional, gerando assimm, o desemprego e inviabilizando perspectivas positivas de futuro.

## Compromisso com a juventude

Sei que a nossa responsabilidade reside em não permitir que nossos jovens sejam caminhantes errantes que, sem esperanças, acabam se entregando ao mundo das drogas ou da violência.

A família brasileira precisa ser tranqüilizada quanto ao destino que aguarda seus filhos. Exclusão é uma palavra que apavora, e o pior de tudo é quando ela não representa somente uma palavra ela retrata uma realidade!

Já em 2005 a mensagem da Unesco para o Dia Internacional da Juventude dizia: "Os jovens brasileiros não podem mais esperar, pois não se trata apenas de uma falta de perspectivas de futuro. Eles não têm o presente. Esses são tempos em que os jovens se destacam como população mais vulnerável a problemas como violência, desemprego, falta de acesso a uma escola de qualidade, gravidez não desejada e carências quanto aos bens culturais, ao lazer e ao esporte."

Vocês sabem que eu gosto de escrever poesias e em 1997 eu quis, com uma delas, levar ânimo e coragem à juventude. Um trecho desta poesia, a qual eu chamei de "Vida", diz assim:

> ...Quando vejo o trem da vida passando
> e a nossa juventude tão angustiada,
> Sem saber se pega o trem ou fica para
> sempre na estação,
> Me dá uma tristeza tão grande!
> Talvez por não saber dizer e fazê-los
> entender que não podem parar,
> Ou perderão o trem da própria
> história.

Sinto vontade de gritar: Subam neste trem, ajudem o maquinista cansado.
Façam soar o apito da máquina.
Digam: estamos aqui, vamos em frente porque atrás vem gente
Quando um dia voltarem àquela estação, recordarão tudo o que fizeram ou deixaram de fazer.
Talvez as águas do rio não passem mais pelo mesmo lugar...

Vocês podem ver que este tema tem me acompanhado ao longo dos anos, como já disse anteriormente, insisti e continuo insistindo em plantar esperança no coração dos nossos jovens e acredito no cultivo dela mediante o trabalho.

Apresentei em maio de 2007, no Senado Federal, projeto de resolução que institui a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante, que terá a missão de fomentar não só a discussão, mas também a implantação de escolas técnicas em nosso País.

Um das finalidades será a de promover um amplo debate no Congresso com a participação da sociedade em busca de soluções para as demandas da sociedade, particularizada por índices recordes de desemprego e de subemprego, bem como o baixíssimo nível de escolaridade dos nossos jovens.

A Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante será fundamental nesse processo de fortalecimento do ensino técnico profissionalizante como linha mestra de desenvolvimento para o nosso País.

É muito bom saber que temos hoje uma administração federal verdadeiramente comprometida com o progresso das camadas populares, e determinada a passar das palavras aos atos.

Prova disso, é a recente apresentação do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), uma série inédita de medidas objetivas de intervenção no sistema educacional brasileiro, com previsão do aporte necessário de recursos e da cobrança de resultados.

## Fundep e PDE em favor da mesma causa

Considero a instituição do Fundep como complemento necessário ao novo quadro educacional introduzido pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), porque conheço o papel da formação profissional no aumento de oportunidades de emprego para os jovens das classes populares. E emprego é a melhor forma de inserção social e de construção de uma auto-imagem positiva.

É certo que eles não mais se deixarão abater pelo desalento da falta de perspectiva no futuro e não mais verão na marginalidade e no crime uma alternativa atraente.

Vou falar um pouco mais sobre este programa que o Governo lançou em 24 de abril de 2007. O Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi apelidado de "PAC da educação" pela extensa lista de medidas, programas e propostas que o compõe. O Presidente Lula fez referência ao apelido afirmando, que o PDE se junta ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), como um dos grandes eixos do lema de seu segundo mandato de fazer o País crescer com distribuição de renda e educação de qualidade.

O Presidente destacou que o PDE traz em seu arcabouço poderosos instrumentos de aperfeiçoamento de gestão, capazes de promover profundas mudanças na nossa educação pública, e que é o plano mais abrangente já concebido neste País.

Com este projeto, o Ministério da Educação quer triplicar o número de alunos matriculados na educação profissional e tecnológica.

O objetivo do Ministério da Educação também é que todos os municípios brasileiros tenham, pelo menos, uma escola oferecendo a educação profissional. Atualmente, o total de alunos matriculados no ensino profissionalizante é de 700 mil e a meta é chegar a dois milhões de alunos nos próximos quatro anos.

Aliás, recentemente o Presidente Lula revelou que sonhava ver cada município brasileiro contando com pelo menos uma escola profissionalizante, nem que fosse através do ensino a distância.

O PDE tem como premissa elevar a escolaridade e criar alternativas para que o ensino regular se aproxime do mercado de trabalho. No Brasil, apenas 1/6 dos alunos do ensino médio chega ao ensino superior e há dois milhões de jovens entre 15 e 17 anos fora da escola. A educação profissional vinculada ao ensino regular pretende ser uma saída para a qualificação e, assim, conter a evasão escolar.

Dentre os pontos a serem atendidos pelo PDE destaco aqui dois em especial: a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET), a fim de ofertar educação pública para fortalecer os arranjos produtivos locais, e a instalação de 150 escolas técnicas nas cidades-pólo. A idéia é que o jovem do interior não abandone sua cidade.

Dessas 150, dez serão implantadas no Rio Grande do Sul – em Bagé, Camaquã, Caxias do Sul, Erechim, Osório, Panambi, Porto Alegre (Restinga), Santa Rosa, São Borja e Venâncio Aires. A primeira etapa dessa ação, em fase de conclusão, irá inaugurar cinco novas, em Canoas, Charqueadas, Júlio de Castilhos, Santo Augusto e Passo Fundo. O MEC vai reorganizar o modelo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET).

O Ministro da Educação editou o Decreto nº 6.095, em 24 de abril de 2007, que "Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica".

A intenção do Ministério com esta norma é que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET ofertem edu-

cação profissional e tecnológica qualificando os educandos para atenderem a vocação econômica dos setores produtivos da região em que estão inseridos.

A expectativa é formar profissionais para consolidar o fortalecimento dos arranjos produtivos locais de forma a alavancar as potencialidades socioeconômicas e produzir soluções técnicas às demandas da comunidade.

Os IFET terão sua atuação direcionada também ao fomento da pesquisa, do empreendedorismo, do cooperativismo e do desenvolvimento técnico e científico.

Será ofertada educação profissional com cursos de formação inicial e continuada para aperfeiçoamento, especialização e atualização de trabalhadores nas áreas educacional e tecnológica.

Mas os IFET não ficarão vinculados somente à educação profissional, eles irão fomentar a educação superior, oferecendo vagas para cursos de bacharelado de natureza tecnológica, pós-graduação *lato sensu* e *stricto senso,* compreendendo mestrado e doutorado.

E tem mais! Os institutos abrirão suas portas para os cursos de licenciatura com a finalidade de formar professores, sobretudo nas áreas mais carentes, Matemática e Ciências, de acordo com a demanda regional e local.

Os projetos de lei de criação dos IFET em todo o País, a serem encaminhados ao Congresso Nacional, definirão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus.

A meu ver, essa é uma idéia muito boa. Acredito que os IFET promoverão uma verdadeira revolução cultural, social, política e pedagógica, tornando-se um marco importante para o desenvolvimento econômico e social de toda a população.

As idéias do IFET vêm ao encontro da luta que tenho travado durante anos a favor das escolas profissionalizantes.

O Fundep, que considero um complemento necessário ao PED, foi tema da 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 5 de setembro de 2006.

# Audiência Pública

Esta audiência pública ratificou um ideal pelo qual tenho me dedicado com afinco e espero sinceramente que este meu sonho se concretize e ajude a mudar a realidade de muitos dos nossos jovens.

Sempre que converso com um deles, repito que é preciso força de vontade e determinação para conquistar um objetivo!

Quero muito que eles acreditem que podem mudar suas vidas, que existe uma nova possibilidade aguardando por eles e que a força que irão empenhar neste sonho determinará o seu futuro!

Foto: Valcir Pires

Paim: O ensino técnico profissionalizante não envolve somente a juventude, mas também homens e mulheres acima de 40 anos

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo Requerimento nº 34/06, de nossa autoria, com vistas a tratar a questão do ensino profissionalizante no País à luz do Projeto de Lei do Senado nº 74/03 e, principalmente, da Proposta de Emenda Constitucional nº 24/05, com reflexo nos

Programas do Ministério da Educação, que já atua muito nessa área. Eu torço para que o Governo amplie a sua atuação no ensino técnico profissionalizante.

Gostaria de chamar para a Mesa os nossos convidados: Sr. Wilson Wanderlei Vieira, da Federação Nacional dos Técnicos (FENTEC). Convido o professor Gabriel Grabowski, Diretor do Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, do Centro Universitário da FEEVALE, representando a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do MEC, e chamo também, o professor Martim Saraiva Barboza, Diretor da Superintendência de Educação Profissional (SUEPRO).

Após a fala dos três expositores convidados vamos dar oportunidade aos senadores presentes. Primeiramente gostaria de cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita Júnior, conhecedor desse tema e um estudioso que passou, também, por escolas técnicas. Em seguida, os debatedores e os convidados poderão trocar entre si informações, novas posições ou perguntas.

Gostaria de registrar que é com muita alegria que abro esta Audiência Pública que vai tratar do ensino técnico profissionalizante. Esse tema envolve, não somente a nossa juventude, mas também, deve ter um olhar carinhoso e respeitoso com aqueles homens e mulheres que têm mais de 40 anos. Pessoas que precisam de uma oportunidade para retornar ao mercado de trabalho devido à discriminação existente. Infelizmente, ainda em nosso País, quando o cidadão avança um pouco na idade (40/45), muitas vezes se obriga a buscar uma outra profissão.

Devido ao avanço da tecnologia, da robótica e da cibernética, podemos dizer que o ensino técnico profissionalizante pode ser uma oportunidade para que esse cidadão volte, efetivamente, para o mercado de trabalho.

Acredito que a escola é o verdadeiro berço das idéias, de pensamentos inovadores e do surgimento de grandes soluções. A presença de vocês nesta Audiência Pública é um belo exemplo de cidadania. Porque falar em cidadania é falar em educação e cultura. A maior dificuldade para o desenvolvimento sustentável de um País é a essência da educação de seu povo. Entendo que é

fundamental, nessa palavra educação, falarmos do ensino técnico profissionalizante.

Mais penoso, ainda, seria negar o papel da educação e, em particular, o valioso papel do professor, o verdadeiro agente da transformação social. Sabemos que de nada adiantam preceitos legais, que vinculem a educação e a cidadania, se os responsáveis pela educação não estiverem comprometidos e preparados para esta finalidade. É importante aprovarmos o Relatório Final que trará efetivamente um aporte de recursos que, nos últimos dez anos, não passaram de R$100 milhões e, com esse projeto, teremos algo em torno de R$3 bilhões de investimento nessa área.

Hoje o Fundep está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e ao longo do debate vamos aprofundar o assunto, mas o relator da matéria já deu o parecer favorável. A única mudança que o relator faz é em relação ao sistema "S", pois, segundo ele, esse sistema não deveria sofrer alterações no que tange aos recursos. Os recursos viriam assim mesmo. Com relação às outras fontes, o relator termina dizendo: "se a proposta do Fundep, apresentada pelo Senador Paulo Paim, tivesse sido aprovada em 2005, o Fundep já teria à disposição, no exercício de 2006, um montante que poderia superar a marca de R$3,5 bilhões, sem nenhuma mudança – segundo ele – no sistema "S", já que o projeto original fala, também, da participação e da importância do sistema S".

Essa posição me tranqüiliza porque sou fruto deste sistema. A minha formação básica, durante quatro anos, foi o Senai. Foi aquele ensino técnico que me permitiu, hoje, ter uma base sólida. Essa experiência que eu passo para meus filhos e que também gostaria de passar para a nossa juventude, pois ela permitiu-me chegar, hoje, ao Senado Federal.

Outros exemplos que passaram pelo Senai foram: o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o Vicentinho; o Jair Meneghelli, enfim, inúmeros representantes dos trabalhadores passaram pelas escolas técnicas. Gostaria de dizer que o projeto original, quando aprovado, virou "autorizativo", numa recomendação ao Executivo que adotasse o sistema. Fizemos a alteração devida, mediante um acordo com os senadores, de forma tal que

não houvesse choque de interesses – não sei se seria esse o termo – entre aqueles que, como eu, acreditam no Senai e na importância dessa formação para nosso povo.

Sabemos que precisamos aprimorar. Sempre digo que não existe lei perfeita. A lei é perfeita e boa na hora em que é aprovada, mas ela pode, sempre, ser melhorada. E esse é o objetivo que nos traz aqui para o debate. Com essa pequena introdução e situando mais uma vez que o Senador Juvêncio da Fonseca já deu parecer favorável, tanto ao projeto, que já foi aprovado e deve ir para a Câmara, como também à PEC, que está na CCJ, podemos iniciar o debate. Pela ordem passo a palavra ao Sr. Wilson Wanderlei Vieira, da Federação Nacional dos Técnicos.

**SR. WILSON WANDERLEI VIEIRA** – Muito bem. Em primeiro lugar, queremos cumprimentar o Senador por essa iniciativa; cumprimentar os componentes da Mesa; os técnicos aqui presentes, a diretoria dos Sintec, que aqui está presente; senhores e senhoras. Nós somos representantes de uma entidade sindical que há aproximadamente 30 anos está defendendo o interesse da categoria profissional dos técnicos. Quando vimos aí o senador apresentando esse projeto, achamos de suma importância esse projeto para a nossa categoria profissional.

Eu queria lembrar um pouco da história. Em 1909, o então Presidente Nilo Peçanha implanta o ensino técnico no País. Começou com a formação dos artesãos, mecânicos, pedreiros, carpinteiros e, então, ele já tinha uma visão da necessidade que o filho do trabalhador teria para ingressar no mercado de trabalho. Na época, ele disse: "Os nossos filhos virão da academia e os dos trabalhadores das escolas técnicas". E isso se desenvolveu, por algum tempo. As escolas técnicas, realmente, foram como ensino técnico, a partir de 1942 e houve uma época em que as escolas técnicas, as federais, as estaduais, principalmente aquelas que nós conhecemos de São Paulo, formavam os profissionais que eram disputados no mercado de trabalho.

E agora, quase completando cem anos da implantação do ensino técnico no País, o Senador Paulo Paim retoma essa ques-

tão. É a primeira vez que estamos vendo uma pessoa, um político, lembrando realmente da importância do ensino técnico. Ele não fala só da qualificação profissional ou do ensino técnico, mas também, do tecnológico. Nessas três áreas, vemos a necessidade de nós, brasileiros, estarmos especializados para enfrentar esse desenvolvimento tecnológico que nos atinge. Então, nesses anos todos estamos atentos discutindo o ensino técnico. Por isso, promovemos cerca de quatro encontros nacionais para discutir a questão. Achamos bastante interessante que quase todos os candidatos estão falando de ensino técnico. É deputado estadual, deputado federal, governador, presidente, todos os candidatos estão falando do ensino técnico.

Foto: Valcir Pires

*Paim ressalta a importância da PEC nº 24/05, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalho no País*

Agora, senador, acho que é muito oportuno esse projeto, porque está tendo um interesse. Aquilo que nós tivemos a oportunidade, uma vez, de estar discutindo com o então Ministro da Educação, Tarso Genro, que estava discutindo a Reforma do Ensino Superior e nós falamos, junto com o grupo de trabalhadores, estava presente a CUT, Força Sindical e todos os trabalhadores, discutindo a reforma do ensino técnico e querendo, claro, deixar umas vagas para o filho do trabalhador nas universidades.

E, naquela oportunidade, eu dizia o seguinte: o filho do trabalhador, mesmo em universidade gratuita, ele não tem condições de freqüentar porque, mesmo gratuita, custa caro, custa dinheiro. Entendeu? Então, nós dissemos: ministro, é importante, o senhor, como Ministro da Educação, dar mais valor para o ensino técnico. Eu me cito como exemplo e muitos companheiros que estão aqui. Eu sou filho de um pedreiro, eu consegui fazer um curso técnico, inclusive, na área do meu pai. Eu sou técnico em edificações.

Então, com esse curso técnico, eu consegui criar meus filhos, consegui vencer e estar aqui, hoje, do lado de um senador. É muito orgulho, para um técnico que veio lá de baixo. Eu acho que essa oportunidade falta para os nossos jovens e – eu acho que isso também é importante dizer –, pois nós ouvimos muito que nas escolas técnicas, principalmente as federais, só estudavam "filhos de papai". Claro, as escolas técnicas são escolas boas, as federais, é sempre no centro da cidade. Então, facilita o acesso. Nós não podemos, acho, que proibir os "filhos de papai" freqüentarem a escola, porque o "papai" também paga imposto, "papai" também tem direito.

Agora, o que temos de fazer? A implantação das escolas técnicas na periferia. Na periferia tem de ter escolas técnicas e, aí sim, teremos oportunidades para aquele jovem estar freqüentando uma escola técnica. Então, senador, esse projeto vem a calhar.

Em 2009 estão completando, aí, cem anos da implantação do ensino técnico no País e vamos trabalhar. O senhor tem o apoio das nossas entidades, nós somos três entidades nacionais de técnicos e hoje, aqui, eu falo pela Federação Nacional dos Técnicos Industriais, pela Associação Brasileira de Ensino Técnico (ABETI), cuja Presidente é Margarete dos Santos, e pelo Conselho Nacional das Associações de Técnicos (CONTAE), cujo Presidente é o Ricardo Nascimento que, infelizmente, por problema familiar, não pôde estar presente. Mas o nosso grupo vai estar unido para que esse projeto do senador tenha futuro e para que, antes de completar os cem anos do ensino técnico, nós estejamos com isso aprovado. Muito obrigado, senador.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Cumprimento o Sr. Wilson Vieira pela exposição e confesso que foi muito boa a frase que o senhor usou, "que nunca, no debate político eleitoral de uma campanha, eu vi tanta gente falando em ensino técnico profissionalizante". Isso é sinal de que os políticos brasileiros estão entendendo essa mensagem que vocês passaram, durante esses anos todos, mas que não ecoava como deveria aqui no Congresso Nacional.

Então, parabéns a V. Sª pela exposição e vamos torcer para que essa vontade política, efetivamente, permita que não só o projeto, mas também que a PEC sejam aprovados. Acredito que o fundamental é a PEC, porque ela garante o fundo definitivo para o ensino técnico profissionalizante.

Passo a palavra ao professor Gabriel Gabrowisk que me lembrava que o Eliezer Pacheco, secretário da área, já esteve aqui numa Audiência Pública. Quero dizer que o Eliezer Pacheco defende a proposta com paixão mesmo. Ele disse: "Olha Paim, eu não vou poder estar aí, eu estive, em uma outra Audiência Pública, mas vai o professor Gabriel que conhece o tema tanto quanto eu". Então, com a palavra, por quinze minutos, o Professor Gabriel Grabowisk.

**SR. GABRIEL GRABOWISK** – Gostaria de saudá-los em nome do Ministério da Educação, na pessoa do professor Eliezer que se encontra hoje em Manaus. Trago aqui as considerações do Ministério, especialmente da Secretaria de Ensino Tecnológico. Em primeiro lugar, quero parabenizar a Comissão por essa Audiência e parabenizar também o senhor por essa iniciativa, como já foi aqui posicionado, tão relevante para o ensino técnico brasileiro.

A posição do Ministério da Educação que lhe trago, em nome do Ministro, em nome do professor Eliezer, é de que essa iniciativa é muito bem-vinda e tem o apoio do Ministério da Educação. Inicialmente, por três grandes questões: porque ela aloca recursos permanentes para a educação profissional que, ao longo da sua história, principalmente nas últimas décadas, está sem previsão

orçamentária, ou melhor dizendo, sem nenhuma vinculação de recursos para essa área, dependendo, a cada ano, da elaboração dos orçamentos e bem como, também, extremamente pulverizado nos diversos Ministérios, nos diversos órgãos do Governo Federal, a distribuição desses recursos.

Então, alocarmos e prevermos recursos sistemáticos, perenes, para a educação profissional é a grande alternativa para a educação profissional no nosso País. O Fundo de Desenvolvimento de Educação Profissional (FUNDEP), nós entendemos que é uma boa alternativa, por isso, também, trazemos aqui o apoio à PEC nº 24 e entendemos que ela está coerente com a história do financiamento da educação brasileira que se resume, desde 1934, a vinculações constitucionais ou a Fundos que a financiem.

Lembramos aqui o grande defensor dos fundos para a educação básica neste País, Anísio Teixeira, que nos deixou esse legado e hoje estamos aqui no Congresso Nacional, com a tramitação do Fundo de Educação Básica também, que é um outro fundo que está, relativamente, com discussões bem avançadas.

E, por último, sabemos que esse é o fórum, esse é o espaço em que vai se construir o acordo. Como bem o senhor disse, há algumas divergências, algumas diferenças em relação, especificamente, da onde devem advir os recursos, mas, nesta Casa democrática, com certeza, será construído, como o senhor já relatou, já está sendo construído um acordo que viabilize, por um lado, o fundo e, por outro, que todas as iniciativas já existentes no País sejam preservadas e possam ter continuidade.

Então, rapidamente, vou tecer algumas razões que traz essa posição favorável. Em primeiro lugar, porque uma política pública de educação profissional, como hoje estamos defendendo, uma política de Estado, precisa também de uma política pública de financiamento. Não teremos uma política pública de educação profissional nesse País, seja do Governo Federal, seja dos Governos Estaduais, se não tivermos, também, recursos e políticas públicas de financiamento. Essa é a razão fundamental.

A segunda, nós, que militamos nessa área, já sabemos que essa é uma demanda nacional. Não é por acaso que, então, ela

assume essa envergadura na agenda política, porque, sem dúvida, a sociedade brasileira, seja nos setores produtivos, sejam nos trabalhadores, sejam as próprias iniciativas públicas e as diversas organizações e escolas técnicas, desse País, têm colocado isso como uma demanda importante para o desenvolvimento local, para o desenvolvimento regional e para o desenvolvimento do nosso País.

Nós também entendemos que, como você coloca na justificativa, é uma política que possibilitará não só preservar empregos, mas, também, reingressar trabalhadores no mercado de trabalho mas é, fundamentalmente, uma oportunidade de geração de novos empregos, geração de trabalho e geração de renda em nosso País. Nós gostaríamos, também, de deixar registrado que há uma outra razão importante, que é a – nos últimos anos, principalmente nos anos 80 para cá – diversificação e a fragmentação de programas, de projetos de atividades, na esfera pública brasileira, em relação a iniciativas dessa ordem.

Num mapeamento breve que realizamos hoje, nós temos, nos diversos ministérios, mas, fundamentalmente, no do Trabalho e da Educação, doze programas em execução no País, que tratam e versam sobre formação, qualificação e educação profissional. Se, por um lado, isso demonstra a preocupação dos governos, por outro, demonstra que é necessário articularmos melhor esses programas, os recursos existentes neles e articularmos, também, a oferta da educação profissional. Sabemos que, muitas vezes, as instituições que ofertam educação profissional acabam concorrendo entre si nas mesmas comunidades, nas mesmas regiões.

Nós temos casos no País em que uma escola federal está localizada numa mesma área de uma escola estadual e que, muitas vezes, lá já tem uma escola do sistema "S" e outras iniciativas da própria comunidade. Ou seja, uma política nacional precisa buscar uma integração, uma articulação, dessas diversas instituições e sistemas. Como bem sabemos, o denominado sistema "S" hoje possui nove Serviços Nacionais de Aprendizagem que estão espalhados pelo Brasil numa grande rede de oferta de educação profissional.

E, nele, nós temos um exemplo claro de que, havendo recursos sistemáticos, fixos, para a educação profissional, teremos,

também, pela rede pública brasileira, seja da União, sejam dos estados, sejam as iniciativas dos municípios, uma educação pública de qualidade, como é a educação profissional de qualidade do sistema "S" hoje.

Nós entendemos e avaliamos que o sistema "S" possui essa qualidade e é um exemplo, justamente, porque ele tem um recurso historicamente viabilizado e garantido. E, é fundamental que o estado brasileiro, que os estados brasileiros também possam ter, a exemplo do sistema "S" recursos que reforcem uma política pública e que, articulados, aí sim, com o próprio sistema "S" possamos dar conta da demanda nacional existente.

Queria, também, registrar que o Fundeb, que tramita no Congresso Nacional, acaba contemplando, em parte, o financiamento da educação, chamada média e profissional. Eu digo em parte porque vai ser alocado, fundamentalmente, com o chamado sistema integrado entre ensino médio e técnico, mas ele não resolverá, plenamente, essa demanda. Por isso que se justifica, no nosso entendimento, esse fundo. Complementando, inclusive, no que tange à educação profissional, à qualificação profissional do Brasil, a necessidade desse fundo.

E, por fim, também gostaria de registrar que o Ministério, além do Fundeb, além de empenhar seus esforços nessa iniciativa liderada pelo senhor, está buscando ampliar os seus recursos. Primeiro, através de seu orçamento específico do ministério e os números estão aí para comprovar. Nos últimos anos, nós temos tido um acréscimo de recursos a cada ano, inclusive de 2003 para 2004. Isso com o apoio da bancada da educação profissional aqui no Congresso, que alocou emendas importantes para a educação profissional. Ano passado tivemos um acréscimo nos recursos e a proposta que está nesta Casa, do Orçamento de 2007, eleva a cada ano e, ainda mais, os recursos do Orçamento da União para educação profissional brasileira. Visto que nós sabemos que, nos últimos anos, o Orçamento do MEC se restringia, fundamentalmente, a financiar a rede federal. Nós podemos dizer que hoje, além de financiar e ampliar a rede federal, ela ainda prevê investimentos, no País, em outras iniciativas, além dessas já executadas pelo ministério.

Também de conhecimento público, que se encerra, desse ano para o próximo ano, o Proep 1 (vamos chamar o Proep ou o Proep 1), que é o Plano de Expansão de Educação Profissional. O Ministério já apresentou ao BID uma nova Carta-Consulta sendo, no entendimento institucional político, já tendo assente, a Carta do Ministério da Educação e que agora, então, virá ao Senado, virá ao Executivo, para apreciação e autorização do que nós denominamos Proep 2. Este é mais um empréstimo na ordem, também, de 500 milhões de dólares e que, dessa vez, está voltado, fundamentalmente, para financiar, em torno de 40%, as redes estaduais no Brasil, as iniciativas da rede do Governo Federal e, também, as iniciativas das escolas agrícolas, as escolas familiares rurais e em torno de 150 escolas antigas no Brasil, as chamadas politécnicas e outras que estão por esse País, desativadas e abandonadas.

Ou seja, é um plano que virá para complementar e injetar mais recursos na educação profissional nos Estados, na União e no chamado segmento comunitário que é o segmento da sociedade civil organizada. Em prol de uma política pública é que nós apoiamos essa iniciativa e temos certeza de que será uma grande sustentação para o desenvolvimento e a consolidação do ensino técnico brasileiro, da educação profissional brasileira e do sistema público que, não só ajudará, mas protegerá o trabalhador brasileiro nesse mercado de trabalho tão competitivo. Essa é a posição do Ministério e estaremos, sempre, a disposição para as interlocuções necessárias na construção desse grande acordo que viabiliza esse Fundo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Gostaria de dizer que é um orgulho para nós termos sido lembrado pelo professor Gabriel, da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico Profissionalizante e acrescentar também que o Coordenador é o Deputado Alex Canziani e eu coordeno, aqui no Senado esta Frente. O Senador Geraldo Mesquita faz parte dela e tem nos ajudado muito nesse encaminhamento. Temos certeza de que esta frente vai ajudar a fazer com que a PEC seja aprovada. Agora passo a pa-

lavra, por quinze minutos, para o professor Martim Saraiva Barboza, Diretor da Superintendência da Educação Profissional (SUEPRO).

**SR. MARTIM SARAIVA BARBOZA** – Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo, Senador Paim, cumprimentar o Senador Mesquita que está aqui e dizer que V. Exª sabe, que lá no Rio Grande, ainda que não em votos, mas V. Exª é unanimidade em apoio pelo trabalho dedicado que faz aqui no Senado da República. O Rio Grande tem um apreço muito grande por V. Exª. Acho que é importante que a gente registre isso aqui e dizer que V. Exª está de parabéns pelas duas proposições, pelo PL e pela Proposta de Emenda à Constituição.

Cumprimento o professor Gabriel, também colega e educador lá do Rio Grande do Sul, que foi Superintendente da Educação Profissional lá antes de nós; cumprimentar o Wilson, nosso companheiro da Federação dos Técnicos Industriais do Brasil e cumprimentar a todos os demais que estão aqui presentes nessa Audiência Pública.

Permita-me, senador, que eu comece aqui dizendo como Superintendente da Educação Profissional do Rio Grande do Sul, em primeiro lugar, nessa Audiência Pública, que eu sou professor de carreira do Estado do Rio Grande do Sul. Estou com 34 anos de atividade, fiz ginásio agrícola, técnico agrícola, licenciatura curta em Técnicas Agrícolas, licenciatura plena em Técnicas Agropecuárias, sou pós-graduado em Gestão e Políticas Públicas e militei a minha vida toda na educação profissional.

Orgulho-me muito disso e quero, também, aproveitar a oportunidade para dizer que sou Superintendente de Educação Profissional de um Estado que tem 127 escolas da rede pública estadual, melhor, 137 escolas da rede pública estadual com cursos técnicos. Que tem, hoje, matriculados 28 mil alunos nessa rede de educação profissional. Que possui 203 cursos técnicos diferentes nessa rede. Desses todos, 45 cursos técnicos foram criados nesse período que a gente está à frente da Superintendência e, todos os cursos técnicos, discutidos com a Associação Comercial, Industrial, com o Sindicato de Trabalhadores, com

a prefeitura, com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento para que a gente faça educação profissional focada nas necessidades do desenvolvimento local e regional.

Nós avançamos no Rio Grande do Sul. Saímos, do final da década de 90, de menos de dez mil vagas nas matrículas da área pública e hoje nós estamos com 27. E a matrícula, na verdade, vem crescendo em todos os governos. É bom que se diga isso. A rede privada cresceu e a rede federal também. Acho que devemos ter a compreensão de que a oferta de educação profissional técnica de nível médio, especialmente, cresce porque há uma demanda da sociedade por ela. Nós pegamos 2003 com 19 mil matrículas na rede pública, hoje estamos com 28 mil.

Nós tínhamos 158 cursos técnicos, hoje temos 203 cursos técnicos. Mas nós temos clareza que isso não foi por um planejamento simplesmente nosso. Há uma demanda social e a gente está correndo atrás de atender a demanda. Segundo, eu queria comentar, senador, sobre a questão da universalização da educação básica que é, no meu ponto de vista, a tarefa prioritária desse País. Nós não queremos, em nenhum momento, abrir mão da importância que a educação profissional tem como estratégia de desenvolvimento brasileiro.

Mas nenhum país saiu da condição de subdesenvolvido sem ter universalizado a oferta de educação básica com qualidade. E é bom que se diga que oferta de educação básica com qualidade significa um aluno que termina um ensino médio, que tenha condições, não apenas, do domínio da matemática, das ciências, da língua portuguesa mas, no mínimo, de duas línguas estrangeiras modernas e, também, de dominar informática básica como ferramenta de trabalho. Se o Brasil fizer isso, boa parte dos nossos jovens estará em condições de acessar mercado de trabalho sem, necessariamente, serem técnicos de nível médio, que é outra coisa.

Técnico de nível médio é profissão regulamentada, com atribuições legais definidas, com Conselhos Regionais fiscalizando. Isso é diferente de educação básica. A educação básica, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, não tem, como finalidade, profissionalizar. Então, eu acho que essa é uma questão

que eu queria tocar e, tocando nisso, eu acho que não dá para a gente discutir educação profissional sem falar, um pouquinho, do Fundeb.

Veja, o documento que a Undine e o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Educação entregam amanhã, no Teatro Ipiranga, em São Paulo, para ser encaminhado a todos os candidatos à Presidência da República. Esse documento reconhece que os valores que estão postos, hoje, para o Fundeb, são insuficientes para atender à demanda de universalização da educação infantil, mantendo o ensino fundamental universalizado e universalizar a educação de ensino médio no País, mantendo os valores mais ou menos equilibrados, como o que o Fundef fez, com sucesso, até agora, com o ensino fundamental.

Portanto, estou dizendo isso porque acho importante e, naturalmente, tem que ter cuidado nisso, mas a Conferência Estadual de Educação Profissional do Rio Grande do Sul analisou e eu não estou falando isso apenas em nome pessoal, estou me baseando no que a Conferência Estadual de Educação Profissional do nosso Estado, que teve 800 participantes inscritos, definiu o que nós achamos que é um risco muito grande se pensar em financiar educação profissional técnica de nível médio com recursos do Fundeb.

O Fundeb, volto a insistir, é de duvidosa suficiência para universalização da educação básica. Se a educação profissional técnica de nível médio depender do recurso do Fundeb para sua universalização, temo que possamos voltar à década de 70, em que as pessoas acabaram fazendo curso técnico buscando aquele que é mais barato e não aquele que é mais necessário para o desenvolvimento local e regional.

Então, acho que tinha de fazer esse registro em relação ao Fundeb. De outro lado, Senador, eu quero ainda, nessa relação da educação profissional com ensino médio, destacar que no Rio Grande do Sul, nós não temos nenhum curso técnico proposto, nenhuma escola nossa quis propor o ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio.

Por uma compreensão, o Rio Grande do Sul tem 101 municípios que têm cursos técnicos da rede pública estadual. Se nós

somarmos ofertas de todas as redes, a rede federal, que é importante no Rio Grande do Sul, do Senai, do Senac, do segmento comunitário de educação profissional, nós temos quase 80 mil alunos matriculados em cursos técnicos, o que é muito pouco para um estado que tem 450 mil alunos fazendo ensino médio e que tem mais de 500 mil alunos fazendo a universidade.

Então, a gente sempre tem dito, a educação acabou tendo o que chamo de pirâmide deformada. Você tem muito mais alunos no ensino superior do que fazendo profissionalização de nível médio. Isso num País que tem, do nosso ponto de vista, demandas muito grandes de pessoas capacitadas para operar o processo de desenvolvimento. Porque aí que entram os técnicos de nível médio. Os engenheiros, os tecnólogos, os técnicos de nível superior, entram, muito mais, na elaboração de projetos, no acompanhamento de projetos, no direcionamento de equipes, do que na operação do processo produtivo.

E o processo produtivo, com as novas tecnologias e, com o avanço da tecnologia no mundo moderno, precisa de pessoas com alta capacidade, sob pena de nós comprometermos o desenvolvimento do País. Aliás, isso já vem acontecendo em algumas regiões. Alguns nichos de desenvolvimento não se instalam em algumas regiões porque não têm pessoas qualificadas para a instalação de algumas empresas e, aí, acabam buscando, inclusive, técnicos em outras regiões do País para poder se instalar.

Estou dizendo isso porque o Rio Grande do Sul também seguiu um outro exemplo, que me parece que é importante e seguiu com a sua história. O senhor sabe bem que o Rio Grande do Sul tem uma diversidade cultural muito grande, que tem regiões com sua diversificação muito grande, mas lá os pequenos municípios estão querendo ter uma escola técnica. Aí você vai num pequeno município, que é o caso da maioria dos municípios brasileiros, que tem menos de 30 mil habitantes, e lá tem uma escola técnica pública da rede estadual que tem 300, 400, 500 alunos de ensino médio. Você vai fazer um curso técnico e vai colocar uns 300, 400 ou 500 a ser técnico naquela área. Vai fazer um curso técnico de informá-

tica e, ao terminar o ensino médio, nós teremos 500 técnicos em informática formados num município de 30 mil habitantes.

Cadê mercado de trabalho? Senador, nós corremos o risco de, logo adiante, a gente se dar conta de que saturou o mercado de trabalho de técnicos. O que faremos com os recursos na estrutura física, na tecnologia, nos recursos humanos que foram concursados pelas redes públicas, para tocar a educação profissional. Então, por isso, nós insistimos que educação profissional não tem que ir unida, na matrícula única, com o ensino médio. Educação profissional tem que seguir a lógica do desenvolvimento.

O mundo lá fora clama por diversificação de oferta de educação profissional e não por uma proposta de massificação unificada com a matrícula do ensino médio. Achamos que isso é um risco, ainda que respeitemos, certamente, temos de respeitar, porque a legislação brasileira permite isso, de que a escola opte por fazer a matrícula integrada entre o curso técnico e o ensino médio e é bom que a escola tenha essa liberdade. Nós defendemos autonomia do projeto político pedagógico das instituições de educação que, afinal de contas, são elas que sabem fazer a educação profissional. Nós não temos de estar determinando o que a escola, lá no Sul do Brasil, no Norte do Brasil tem de fazer. Deixa a escola decidir como faz. Ofereça-se a ela as condições para fazer bem-feito.

A nossa Conferência Estadual de Educação Profissional do Rio Grande do Sul referendou a proposta de V. Exª Senador, de criação de um fundo nacional para financiar educação profissional. Já num Seminário que o Rio Grande do Sul fez, em 2003, junto com todas as redes de educação profissional e que nós trouxemos a nossa proposta para o Seminário Nacional, que o MEC fez, aqui em Brasília, o Rio Grande do Sul apontava a necessidade de criar um fundo nacional para financiar a educação profissional. E nós, na Conferência Estadual de Educação Profissional, e aí o senhor vai me permitir que eu leia as três propostas relativas a isso que foram aprovadas na nossa conferência.

Primeiro, criar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional, integrado por parte dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo Nacional do Petróleo,

da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e Telecomunicações. E nós ainda aprovamos duas outras propostas: adequar todos os programas de financiamento da educação profissional técnica de nível médio para serem acessíveis às escolas das diferentes redes, independentemente de optarem por oferecer matrícula integrada, concomitante ou subseqüente, em relação à articulação com ensino médio.

Achamos que essa opção tem que ser da instituição escola e não dos governos estadual, municipal ou Federal. E, ainda, criar um Conselho Deliberativo do Fundo, composto por membros titulares e suplentes, onde estejam contemplados, proporcionalmente, os segmentos educacionais. Na verdade, isso é um problema para regulamentação específica. Ao regulamentar o Fundo, terá de se tratar disso. Por último, gostaria de comentar, objetivamente, algumas questões em relação ao Projeto de Lei e à Emenda Constitucional e, também aqui, o senhor vai me permitir ler o que escrevemos depois de discutir com alguns colegas da Superintendência da Educação Profissional levando em conta o que aprovamos na Conferência Estadual de Educação.

Consideramos a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, proposto pelo Senador Paulo Paim, da maior importância para a educação profissional brasileira e para o nosso País, porque corresponde ao anseio de todos que vêem, na educação profissional, uma política pública estratégica para o desenvolvimento nacional. Quanto ao teor da proposta, queremos, em primeiro lugar, reiterar a importância da proposição e oferecer, como contribuição primeira, o que foi aprovado pela Conferência Estadual de Educação Profissional, registrado no documento que entrego a V. Exª.

Expressamos o nosso entendimento de acordo com o Relator, contrário a se utilizar recurso do sistema "S" (Senai, Senac, Senae e outros "S" para o Fundo de Educação Profissional.

Consideramos que isso significa tirar dinheiro da educação profissional para criar um conflito que não traz solução à falta de recursos, mas apenas reforça uma velha e surrada confrontação entre o público e o privado, desconhecendo a história e o serviço prestado, por exemplo, pelo Senai e pelo Senac na área dos cur-

sos técnicos e pelos outros Ss na educação profissional brasileira, para citar apenas esses três.

Entendemos que a legislação que criou os "S" e seus recursos vinculados teve a concordância dos setores produtivos porque isso caracterizou uma espécie de financiamento para ações de uma forma de educação corporativa. Se tivesse sido proposto, àquela época, que esses recursos fossem para financiar as redes públicas, não teríamos tido concordância dos setores empresariais. A retirada de parte do recurso dos Ss apenas dificultaria a aprovação da proposta sem dar solução ao problema.

Por outro lado, entendemos que, se há problemas no uso desses recursos, Senador, cabe ao Governo Federal adotar medidas que garantam o uso adequado dos mesmos com transparência. Em terceiro lugar, Senador, entendemos necessário aprofundar a discussão para uma melhor compreensão sobre educação profissional escolarizada e não escolarizada e o papel que continuarão tendo os recursos do FAT e seu uso na formação inicial e continuada dos trabalhadores.

E nos referimos a isso porque o PL, naturalmente, trata de formação inicial e continuada de trabalhadores, de cursos técnicos de nível médio e de curso de tecnólogo, de graduação e pós-graduação, porque essas são as três estratégias de oferta de educação profissional. E nós achamos que, naturalmente, isso vai estar na regulamentação. Se nós não definirmos como é que esse recurso vai ser repartido para a formação inicial e continuada dos trabalhadores, para financiar curso técnico de nível médio ou para ir para universidade, a gente vai entrar num problema sério, porque vejamos: a formação inicial e continuada dos trabalhadores não é educação escolarizada, ela está fora das redes de educação, portanto, fora da cobertura dos recursos vinculados pela Constituição Federal ou pelas Constituições dos Estados em relação à educação.

Por outro lado, o tecnólogo de nível superior, de graduação e pós-graduação, é um recurso de ensino superior que é ofertado, normalmente, pelas universidades ou pelas faculdades isoladas e que, também tem tratamentos diferentes em relação ao ensino

técnico de nível médio que é, basicamente, ofertado pela rede federal, pelas redes estaduais e pelas redes privadas ou comunitárias. O Fundeb poderia definir melhor o uso dos recursos para formação inicial e continuada dos trabalhadores.

Consideremos que a educação profissional, quando ofertada em forma de Programa de formação inicial e continuada, geralmente não se dá na escola regular. Sobre a educação profissional de técnico de nível médio e tecnólogo não restam dúvidas sobre a sua oferta escolarizada e regulação nos sistemas de ensino, mas o tecnólogo trata de ensino superior com outras fontes de financiamento que não os da educação básica, que é uma outra questão a ser interagida na regulamentação. Em quarto lugar, sugerimos que a composição do Conselho Deliberativo que está previsto no projeto seja discutido, incluindo representantes indicados pelo Conced, já que os estados têm grande participação na educação profissional técnico de nível médio, especialmente.

E, por fim, senador, nós consideramos necessário adequar o Projeto de Lei aos termos da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e o Decreto nº 54, para evitar alguns problemas da interpretação posteriormente, porque há alguns problemas de linguagem na forma de tratar a educação profissional.

Portanto, eu passo às vossas mãos esse meu depoimento, que quero deixar, como Superintendente da Educação Profissional do Rio Grande do Sul, por escrito. Quero, também, entregar a V. Exª a cópia daquilo que foi aprovado pela Conferência Estadual de Educação Profissional do Rio Grande do Sul e que trata de todas as questões, inclusive, do financiamento. E dizer, Senador, para concluir, que nós estamos muito felizes que o senhor tenha tomado as duas iniciativas, entrar com o PL e entrar com a Emenda Constitucional e acho que precisamos avançar por elas, com elas e precisamos, todos, nos unir para superar aquilo que, eventualmente, possa nos dividir, em nome do interesse maior.

Esse País precisa universalizar a educação básica, mas esse País precisa aumentar, muito, a oferta de educação profissional, pensando em construção de uma sociedade mais igual e mais justa para todos nós. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Gostaria de cumprimentar a Deputada Federal Luiza Erundina, uma lutadora desta causa, que faz parte da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico Profissionalizante e tem dado uma bela contribuição em todos os momentos em que a Comissão se reuniu. É uma alegria tê-la aqui.

Fico feliz com sua exposição, professor Martim e vou ser muito rápido em dizer que, efetivamente, essa questão do sistema S está praticamente resolvida. Foi consenso entre todos os senadores, no dia da votação do projeto. Mas não na linha que V. Sª colocou aqui, não vamos criar mais um problema para aprovar o Projeto, pois se há algum problema de aplicação, vamos fazer a correção de rumo, como são em todas as leis. E dizer, também, que V. Sª fez, aqui, uma declaração relevante: que é a questão do Fundeb. O mais importante de tudo é a PEC, a qual garante, efetivamente, os recursos para o ensino técnico. Levantou-se aqui: o Fundeb já trata da questão. Um senador disse mais ou menos isso que V. Sª também disse, "essa questão do Fundeb não resolve", por isso eu sou totalmente favorável, dizia ele, à aprovação do PL, embora Autorizativo, como incentivo, para que o Governo invista mais nessa área do que está investindo, mas eu quero mesmo é a aprovação da PEC, mas na linha de V. Sª, ambos, aqui, colocaram.

Então, agradeço aos três primeiros palestrantes e convido os outros três expositores a virem à Mesa, em seguida falarão os parlamentares. Antes disso, permitam-me, pelo brilhantismo das exposições que contemplaram, tudo aquilo que nós imaginamos e com as contribuições que deixaram aqui para aprimorar tanto o projeto como também a PEC.

Convido, neste momento, o professor Almério Melquíades de Araújo do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, o Dr. Pedro Lopes de Queiroz, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) e também, o Dr. Sérgio Ricardo Lopes, Diretor do Instituto Ability Brasil.

Depois da exposição dos três, nós vamos abrir a palavra ao Plenário, quero dizer que, democraticamente e às vezes que-

brando o protocolo permitimos que os presentes possam dar a sua contribuição, porque essa Audiência Pública, já é a terceira que nós fazemos sobre esse assunto.

Já foi realizada uma audiência pública aqui no Senado Federal no início deste ano, realizamos uma em Canoas, onde foi debatida a questão de uma escola técnica naquele município, estamos fazendo uma hoje e faremos tantas quantas forem necessárias. Nosso objetivo é fazer com que o projeto fique redondo e signifique, efetivamente, a vontade do conjunto da população do País e que a gente tenha garantido, assim, investimento na área. De imediato, passo a palavra ao professor Almério Melquíades de Araújo, por 15 minutos.

**SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO** – Boatarde a todos, eu quero agradecer o convite da Comissão de Assuntos Sociais, ao Centro Paula Souza para estar aqui discutindo esse assunto que eu acho extremamente significativo. Por quê? Dentro do conjunto das ofertas de educação no Brasil sempre teve um peso maior o chamado ensino fundamental, pelo seu volume de matrícula. E lá, na outra ponta, o ensino superior que foi, talvez, o primeiro a ser criado nesse País. E ficou num certo abandono o que se chama, hoje, o ensino médio e, mais ainda, a educação profissional. A educação profissional nunca foi prioridade nesse País a não ser durante a ditadura, no período em que se tentou universalizar a educação técnica, obrigando todo o ensino médio a formar técnicos, por um período de dez anos, de 70 a 80.

Ali, realmente se deu, aparentemente, uma importância à educação profissional que, depois, resultou num fiasco, porque não é possível você organizar a educação profissional técnica, sem investimento em infra-estrutura e na formação e atualização dos professores. Então, alguma coisa que parecia ser o sucesso, a valorização da educação profissional no País, terminou resultando num estrondoso fracasso. Daí para cá, nós tivemos uma queda. Eu diria que os anos 90 foram anos de crise da educação profissional, quando se lê os números.

Nós chegamos, no final dos anos 80, a ter, por força da integração do antigo 2º Grau com a formação profissional, independentemente da qualidade dessa formação profissional, cerca de 40% da matrícula do antigo secundário, dando alguma formação profissional. Isso veio caindo. As curvas se deram no sentido oposto do crescimento do ensino médio, do ensino secundário nos anos 90, teve um crescimento, quase que dobrou a matrícula e, contraditoriamente, no final dos anos 90, nós tínhamos, talvez, um terço, um quinto, da matrícula do ensino técnico.

Então, foi um ensino que, durante os anos 90, apesar do chamado Proep, que foi um programa de expansão da educação profissional, cujos números, depois mostraram que, ao invés de expansão, o que tivemos foi uma contração da oferta e da matrícula da educação profissional. Eu acredito que, talvez, a gente viva, hoje, nos últimos dois anos, o crescimento da educação profissional, seja no nível tecnológico superior, seja no nível técnico.

Claro que a matrícula, provavelmente dois terços dela ainda, está sendo oferecida pelas escolas particulares. Ainda a oferta pública, deixa muito a desejar, particularmente na metade, ou mais da metade, dos Estados do Brasil em que, praticamente, a oferta se extinguiu e não houve um retorno a essa oferta. A gente precisa retomar a educação profissional pública. Talvez tenhamos, hoje, 15 estados cuja oferta, dentro da Secretaria Estadual da Educação ou de Ciência e Tecnologia, dá-se de forma descontínua, a partir de Programas, seja FAT, seja outro tipo de programa, Ministério da Saúde, não existindo uma oferta contínua.

Reafirmo que a educação profissional continua não sendo uma prioridade nesse País, basta ver os investimentos, seja no plano federal, seja no estadual. Ainda, a prioridade é a educação básica e o ensino superior. A matrícula do ensino superior, no Brasil, que é uma formação profissional, é cinco vezes maior que a matrícula no ensino técnico. Nós temos 700 mil matrículas no ensino técnico no País inteiro e, com cerca de 250 mil, pública. Não é nada para uma matrícula no ensino médio, que passa de 11 milhões, quando somamos o EJA(F) com a formação regular.

Então, os números dizem tudo, quer dizer, não se dá a devida importância à educação profissional. Logo, a discussão de um fundo e não, simplesmente, de programas. Esse País gosta muito de programas e programas são, geralmente, passageiros, quando não fracassos. Mas é uma proposta que vem a ter um investimento contínuo. Não sou contra programas, não que a posição do Centro Paula Souza seja contra.

Nós participamos de todos os programas, sejam eles do Ministério do Trabalho, via Secretaria de Emprego estadual, seja Ministério da Saúde, mas a gente precisa de uma política, de uma ação contínua em termos de investimento e isso só acontecerá, não tenho ilusões, quando, efetivamente, houver uma consciência de que a educação profissional de nível médio é importante.

Precisa recuperar a consciência de que é necessária. O que nós temos é um número ridículo de matrículas no ensino técnico. Nem acho que a responsabilidade disso esteja, apenas, no Governo Federal, que faz pouco, Governo Estadual, que faz menos ainda e as prefeituras, que não podem fazer.

Eu acho que é necessário pensar, não só, que o segmento estadual e federal invista mais, mas, principalmente, que articule uma política de parcerias com prefeituras, porque a demanda, hoje, particularmente em São Paulo, por formação técnica, por formação profissional, vem via município.

No Centro Paula Souza, nós temos 126 escolas técnicas, 70 mil matrículas no nível técnico, temos 26 FATEC, Faculdades de Tecnologias, com cerca de 19 mil matrículas. Eu creio que nós temos feito isso... É que o surgimento de novas escolas técnicas e novas faculdades de tecnologia acontecem a partir de parceria com arranjos produtivos e com prefeituras e com a representação política local também.

Os prédios, normalmente, têm sido reformados ou cedidos por prefeituras, isso já é significativo. O Estado deixa de gastar, de investir, dois, três milhões, porque a prefeitura faz isso. Têm prédios ociosos, assim como a Secretaria de Educação, nós somos da Secretaria de Ciência e Tecnologia, desativou os Cefoms, os Centros de Formação do Magistério,

que passam a ter um outro tipo, uma formação profissional mais abrangente do que, simplesmente, o magistério.

Temos, também, tido o concurso de organizações sociais de outras Secretarias, Programas, enfim. Acho que é necessário pensar além do Fundeb que é extremamente importante. Não sou eu que digo, mas todas as Conferências Estaduais foram 26 conferências preparatórias para a Conferência Nacional, que vai ocorrer, agora, dos dias 5 a 8 de novembro. Só o fato de todos os estados fazerem essa Conferência Estadual e todos discutirem financiamento, a questão pedagógica também, a questão política, a questão do papel das instituições públicas em relação à educação profissional, todas aprovaram o Fundeb. Há necessidade de um Fundo para a educação profissional.

Claro que é sempre complicado tirar dinheiro. De onde que a gente vai formar esse Fundo? Mas nós achamos, todas as Conferências, aqui tem o Marquinho que organizou a Conferência Estadual do Rio Grande, eu que organizei a Conferência Estadual de São Paulo, que o Fundeb é importante.

**SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO** – A Conferência Nacional vai ser um momento extremamente importante porque vai consolidar todas essas propostas, eu vou deixar aqui três exemplares do resultado da Conferência Estadual. Não vou dizer, como diz o documento, que há um clamor público... Eu ainda acho que a educação profissional não chega a esse ponto, mas há uma conscientização da sua relevância e busca de saídas para uma efetiva implementação. E eu creio que as prefeituras podem ser uma excelente parceira dos estados, como, também, a União pode ser uma excelente parceiro, por intermédio da organização do Fundeb.

Eu não sei, em relação a essa discussão posta aqui, até quando o Fundeb contribui. Eu penso que pode contribuir, diferentemente do que o professor Martim falou, em relação ao risco, de se pensar exclusivamente no Fundeb como sendo a possibilidade de uma forma da educação, que é o integrado ao ensino médio.

Eu creio que, por definição, a educação profissional, ela é complementar à educação básica, de caráter fundamental ou médio.

É isso, não se pode pensar, hoje, com a complexidade das novas tecnologias e novas formas de trabalho, em pensar numa formação profissional que não recorra à educação básica, seja do ponto de vista dos conhecimentos científicos, da comunicação. Hoje, o trabalho é muito mais da comunicação do que da tecnologia, como se pensa. Então, é impossível pensar na construção das competências profissionais sem se dar conta de valores, de conhecimentos e de habilidades.

Não é mais a velha educação profissional, que só se detinha nas habilidades, que se media uma secretária pela quantidade de toques por minuto, coisa desse tipo. Habilidade existe e é importante, mas hoje, o conhecimento e as atitudes, os valores, tudo isso conta muito em termos das construções das competências profissionais e, também, a construção de uma cidadania mais ativa, mais crítica.

Nesse sentido, se o Fundeb sai e a educação profissional está articulada com a educação básica, que seja discutido um percentual e não apenas para quem faz o sistema integrado, mas para o conjunto das alternativas da educação profissional que são, por definição, complementares à educação básica.

Eu vejo assim, não quero trazer um discurso pessimista, pelo contrário, nós temos crescido, à semelhança do Rio Grande, do Paraná, de onde eu tenho informações, do Ceará, do Mato Grosso do Sul. Há um crescimento da oferta pública do sistema S; pública, eu digo, estadual mas, também, eu acho que é uma política do Governo Federal no sentido da ampliação das unidades descentralizadas dos Cefet e das agrotécnicas. Há, também, notícias, são coisas recentes, não sei se é algo tópico ou se é uma tendência a algo que vá permanecer, gostaria que fosse, mas creio que há um ressurgimento da educação profissional, claro que em outros termos, uma educação, como eu falei, mais complexa.

A formação, hoje, de um profissional não é um mero adestramento, uma coisa, simplesmente, um treinamento, para essa ou aquela ocupação. Ela, hoje, é uma construção de competências

que vão focadas na função de planejar, executar e controlar. Não se quer mais, simplesmente, alguém que execute. Mas eu tenho o sentimento de que a crise ficou nos anos 90 e que os anos 2000 podem se constituir, com concurso do Fundeb e, particularmente, da proposta do senador, que eu me congratulo e desejo sucesso. Obrigado pela atenção.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Cumprimento o professor Almério e aproveito para ressaltar que esta Audiência Pública está sendo gravada pela TV Senado que vai colocar no ar, por diversas vezes, devido a importância deste tema. Eu mesmo vou insistir muito para que essa Audiência vá ao ar, durante esse período de recesso aqui no Senado devido ao processo eleitoral.

Vejo com alegria as posições ditas aqui. Entendo que todos caminham no mesmo sentido e o dado que V. Sª coloca, que todos os encontros estaduais e as Conferências apontaram pela importância do Fundeb. O que pode ser um somatório. Isso em nada inviabiliza a importância desse Fundo que, com certeza, o Congresso há de aprovar. E, com esse rápido comentário, eu passo a palavra ao Dr. Pedro Lopes de Queiroz, Conselheiro do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; também dispõe de quinze minutos.

**SR. PEDRO LOPES DE QUEIROZ** – Senador Paulo Paim, demais componentes desta Mesa, senhores, senhoras, deputados, deputadas, participantes desta Audiência Pública. Quero, inicialmente, cumprimentar, felicitar, o Senador Paulo Paim por essa idéia de promover essa Audiência Pública, permitindo, assim, que nós pudéssemos conhecer melhor, discutir, debater, oferecer, caso necessário, algumas sugestões e fazer com que todos nós pudéssemos expressar o nosso pensamento em torno desses Projetos, ou seja, da PEC e do PL, que referem-se à criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissionalizante. Eu estou aqui representando, Senador, o engenheiro Marco Túlio, Presidente do Confea.

O CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, se constitui no maior Conselho do mundo. Re-

presenta mais de 850 mil profissionais da área tecnológica das diversas modalidades da engenharia, arquitetura, agronomia, técnicos, tecnólogos, geógrafos, geólogos etc. E esse Conselho, sem dúvida nenhuma, dado pela sua própria característica e formação técnica e sua presença ativa no setor industrial, constitui-se numa participação, numa contribuição, em mais de 70% do PIB nacional. Então, nós temos este conhecimento, este dever, esta obrigação, de apoiar proposta desta natureza e que, sempre, vem e visa melhorar, qualificar, profissionais que possam, além de buscar seu emprego, dar uma contribuição mais efetiva dentro da indústria, dentro do comércio e em outras atividades afins.

Então, o presidente Marco Túlio, quando falou conosco, estivesse aqui, que demonstrando que, da importância desse projeto, fazia-se lembrar, como outros projetos de natureza significativa, nós tivemos e o Confea esteve presente, como o projeto Prodenge, que era o Programa de modernização das engenharias. Esse Programa permitiu uma mobilização forte entre as universidades do setor produtivo, entre alunos e interação com ensino médio. Tudo isso resultou num debate muito profundo e surgiu, na época, a elaboração das diretrizes curriculares encaminhadas ao MEC, quase todas em fase de implementação e conclusão.

Também faz lembrar um projeto recente em que a CNI está trabalhando, que é o Inova Engenharia. Tem esse perfil de qualificar, de melhorar, de atualizar, de capacitar os estudantes, os profissionais, para o ingresso no setor produtivo e em outras atividades nacionais. Como também, um outro projeto que também o Confea está empenhado, o Projeto Pensar o Brasil. É um projeto significativo que, além de envolver todos os profissionais da nossa área, busca o apoio político dos presidenciáveis, dos governadores, prefeitos, do mundo político em si, para que se integre, conheça e ajude a implementação e a mobilização daquelas idéias.

Então, são propostas dessa natureza que o Confea encampa e participa. Temos algumas pequenas sugestões que não alteram o contexto da proposta e que nós iremos passar, num momento oportuno, ao Senador. Fica registrada a nossa intenção de colaborar, de participar, de ajudar e mobilizar toda nossa classe, todos

os nossos inscritos, participantes do sistema Confea/Crea. Que abracem essa proposta, incentivem e busquem esse caminho ideal para melhor desenvolver as nossas atividades e o progresso do nosso País. Era somente isso, Senador. Estamos parabenizando pela idéia e acreditamos que possamos oferecer, ainda, algumas sugestões, oportunamente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Eu agradeço ao Dr. Pedro e digo que essa é a intenção dessa Audiência Pública. Acho que todos nós, parlamentares, quando apresentamos um Projeto não apresentamos uma obra pronta. Quem dera se tivéssemos essa capacidade, nós não temos, por isso apresentamos um Projeto e, aquilo que o senhor falou aqui, para ser debatido, criticado, com certeza melhorado. Eu sempre dou o exemplo do Estatuto do Idoso. Quando eu apresentei, Senador Mesquita Júnior e nossa querida Luiza Erundina, ele tinha cerda de 40 artigos e foi finalizado com 119 artigos. A sociedade é que construiu o Projeto. Eu só apresentei a peça original.

Então, o bom é isso: "Olha, Paim, essa idéia é boa, mas isso não dá, quem sabe a gente acerta aqui ou ali". Enfim é isso que nós queremos. E por isso que, inclusive, em relação ao sistema S, no projeto original, tinha uma redação. Depois, falando com o Relator Juvêncio da Fonseca e com outros tantos Senadores, eles disseram: "Paim, vamos tirar essa questão porque, por tudo que você falou e aquilo que nós imaginamos, não é por aqui, vamos ampliar ali". Assim estamos chegando num objetivo final de construirmos um grande entendimento sobre o tema. Passo a palavra, de imediato, ao Dr. Sérgio Ricardo Lopes, para fazer a sua exposição, por quinze minutos.

**SR. SÉRGIO RICARDO LOPES** – Boa-tarde, Senador Paulo Paim, demais senadores aqui presentes, Deputada Luiza Erundina, senhoras e senhores. Acho que a minha exposição aqui é um pouco diferente. Eu represento o Instituto Ability Brasil. Nós somos uma sociedade civil organizada e trabalhamos com a parte técnica em alguns projetos. Eu acho que o motivo de eu ser convidado é que eu venho de uma formação técnica do Centro

Paula Souza. Estudei em São Bernardo, sou técnico em eletro-eletrônica e venho também do Sistema "S". Fiz especialização em instrumentação digital no Senai de Santos.

E, tendo toda essa formação técnica – que me valeu muito para a minha vida profissional nos últimos dez anos, eu estou cinco anos afastado da minha profissão como técnico –, eu e mais um grupo de amigos, todos técnicos, hoje engenheiros, advogados, médicos, inclusive, formamos essa organização e trabalhamos com pessoas, crianças carentes, pessoas com mais de 40 anos desempregados, que não têm essa requalificação.

Então, quando o pessoal, o Wilson comentou aqui e o próprio Senador, disseram que teria de ter essa requalificação dessas pessoas, nós já vínhamos, Senador, trabalhando com isso há cinco anos. Então, quando fiquei sabendo da PEC, achei uma proposta interessante e de uma importância muito grande para se criar novos cursos técnicos. Para o senhor ter uma idéia, na minha especialização de técnico, nós somos hoje, no Brasil, 1.200 e esse curso existe há mais de 15 anos. Então, o que acontece? Os técnicos especializados estão saindo fora do ramo. Isso acontece com os técnicos que têm uma especialização, que têm uma outra oportunidade de um estudo de graduação, você acaba deixando. Mas isso não acontece com todo mundo.

Hoje a demanda é pequena. Segundo o nosso amigo Almério, você tem 700 mil matrículas dentro do ensino técnico. Eu acho que isso é pouco. Comparando a cidade de onde eu venho, nós temos três escolas técnicas, uma no Centro Paula Souza, um sistema S, não, dois sistema S. E nós temos lá na cidade nove universidades, nove faculdades. Então, hoje, você está se especializando muito mais, o universitário, não o técnico, que é o que as empresas precisam hoje. Quando nós formamos os nossos cursos, os nossos projetos junto com a sociedade civil, nós pegamos as necessidades das empresas lá do ABC. As empresas precisam de uma necessidade e nós atendemos essa necessidade.

É um buraco que se tem e o estado, hoje, não consegue manter e, com a PEC, eu tenho certeza de que isso vai acontecer. Então, eu queria trazer aqui ao Senador, o total apoio da socie-

dade civil à PEC, que é de extrema importância. E isso para dar continuidade, até, no trabalho que nós fazemos, como sociedade civil organizada e dizer que com essa verba, que viria com a PEC, você consegue criar novos cursos dentro do sistema técnico e, principalmente, como o Wilson falou, na periferia. A periferia necessita de técnicos porque, quem está na periferia, não vai para uma universidade paga, que é o que você tem hoje no mercado.

Então, esse pessoal, ele fica vago, ele não tem formação, ele não tem emprego e não tem renda. Acho que levando essa proposta para frente, pode ter certeza que nós, da sociedade civil, principalmente lá da minha região, onde a gente tem uma grande força e uma grande concentração, vamos dar total apoio para o senhor nesse Projeto. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Pela importância do tema eu consegui que o relator, Senador Juvêncio da Fonseca, viesse. Uma salva de palmas para ele.

Se não fosse ele, eu não estaria com dois pareceres. Portanto, convido para sentar à Mesa, o Senador Juvêncio da Fonseca, o Senador Geraldo Mesquita Júnior e a Deputada Luiza Erundina. Peço a gentileza que façamos uma inversão, os três expositores irão para o plenário e os parlamentares ficam na Mesa. Assim permitimos que o debate aconteça. Muito obrigado e uma salva de palma a todos.

Vamos agora passar a palavra aos dois parlamentares que acompanharam os debates e ressaltar que o Senador Juvêncio da Fonseca faz questão em dar este depoimento, pois desde o primeiro momento que o projeto foi apresentado ele disse: "Paim, o projeto como está, só se for autorizativo, pois pode causar problema de inconstitucionalidade".

Caminhamos na linha que ele recomendou. E depois, conversando com alguns assessores especialistas na área, é que nós resolvemos apresentar a PEC e o Senador Juvêncio disse: "Apresenta a PEC. Eu pego para relatar e dou parecer favorável". Na mesma lógica que foi o projeto original, retirando aquela questão do sistema "S" e fizemos isso mediante um grande entendimento.

Por isso que o parecer é favorável. Então, só para situar e dizer que podemos fazer pequenas correções e, claro que nós faremos na caminhada, mas o Senador Juvêncio está conseguindo ser unanimidade em todo o País. Passo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, Relator da matéria.

**SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS) – Senador Paulo Paim, parlamentares aqui na Mesa, meus amigos. Eu quis falar de imediato, que eu tenho ainda coisas para atender, hoje é um dia bastante movimentado, mas o que é bom ressaltar é o seguinte: Vamos trocar lantejoulas, Paulo Paim. O Paulo Paim é um dos senadores que tem a maior preocupação social. Desde o salário mínimo até as questões mais sociais da comunidade. Isso é muito bom porque vocês viram, são testemunhas, de que o trabalho dele, assim como de tantos outros senadores, é um trabalho intenso. É um trabalho de dedicação, é um trabalho de muita atenção e nós nos comunicamos tão bem que sai um resultado como saiu o desse projeto.

Eu faço essas colocações para que a gente possa, também, exaltar o trabalho do Senado, do Congresso Nacional, que em todo o nosso trabalho, às vezes, são empanados o brilho, a eficiência, a qualidade, em razão de outras notícias tristes que têm no Congresso Nacional. Mas aqui tem muita obra boa, muita intenção boa, muita vontade de trabalho e, quando você trabalha junto com o Paulo Paim, você trabalha muito motivado. Talvez seja a razão por que a gente produziu esse projeto de uma maneira unânime, tranqüila e, principalmente, o seguinte, você tem o projeto para relatar, se eu tenho algum problema e a Deputada Erundina sabe disso, conversa com o proponente do Projeto, discute e a gente chega, às vezes, a uma solução muito antes do Plenário. Isso é de fundamental importância para o aperfeiçoamento do nosso trabalho aqui.

Então, eram essas as palavras e eu também não poderia, dentro desse Projeto, esquecer, de forma nenhuma, de proteger o sistema "S". O sistema "S" é de importância fundamental nesse País. Hoje, os recursos estão aí colocados, a gente sente e vê, em todos

os quadrantes do País, a força do sistema "S". Vê o que ele significa para qualificação da nossa juventude, do nosso trabalhador e, dificilmente, nós podemos deixar passar, aqui no Congresso, qualquer, pelo menos é a minha visão e do Paim, qualquer proposta que tisne esse brilho do sistema "S" no nosso País.

Eu tinha de dar esse depoimento por uma questão de convicção e agradeço esta oportunidade de chegar aqui, porque eu nunca cheguei no Congresso, aqui, no Senado, que eu fosse aplaudido em Plenário. Permitiram-me esse aplauso, isso oxigena o coração da gente e dá força para o trabalho, não é isso? E foi mais uma obra do Paulo Paim, muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Agradeço ao Senador Juvêncio da Fonseca que veio aqui rapidamente e percebo que vai haver uma verdadeira cruzada em nível nacional para a aprovação, principalmente da PEC, porque V. Exª mesmo disse: "O projeto, tudo bem, Paim, vamos aprovar, mas é só autorizativo; agora, a PEC que é importante". E eles vão fazer uma grande mobilização para aprovar a PEC que interessa a todo o povo brasileiro. Muito obrigado, já que V. Exª vai ter que sair, mais uma salva de palmas para o nosso parceiro.

E agora com a palavra o Senador Mesquita Júnior, para suas considerações.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Prezado amigo, Senador Paim, querida amiga Deputada Luiza Erundina, amigos e amigas aqui presentes que participam dessa Audiência. Eu tenho o hábito de me estender, falar muito e com relação ao Paim, invariavelmente, com emoção. Mas hoje eu vou tentar ser bem sintético, mas, com emoção também. A minha presença aqui tem o propósito, inicialmente, de fazer, mais uma vez, o reconhecimento e reconhecimento prazeroso, da liderança que o Senador Paim exerce, naturalmente, aqui no Congresso Nacional.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Quem vai ficar emocionado aqui sou eu também.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) – Não... Uma liderança natural. O Paim estava falando, ainda agora, que os projetos dele, ele citou aqui, por exemplo, o Estatuto do Idoso, que foi da lavra dele, com 40 e poucos artigos e resultou na obra de 119 artigos. Paim, o problema é o seguinte: é que poucos parlamentares nesse País têm, como você, sensibilidade ao formular alguma coisa. Nesse tema e em outros temas que ele advoga, com conhecimento de causa, com profundidade de argumentos, essa é a praxe.

Poucos de nós fazem isso aqui. Na elaboração de projetos, poucos de nós promovemos audiências assim. É por isso que a palavra de cada um dos senhores que teve aqui, foi uma palavra da repercussão do projeto do Senador Paim. As Conferências Estaduais estão ocorrendo, elas vêm afirmando o reconhecimento da importância da PEC e do projeto. Isso não é à toa. As demandas da sociedade, o Paim tem a sensibilidade de captá-las de forma intensa e, aqui, na atividade dele, transformá-las em projetos de absoluta relevância. Não só dentro do Congresso Nacional mas para o País.

A minha presença aqui também tem o propósito de, desde já, afirmar aqui o meu voto é favorável ao Paim, à aprovação da emenda, à aprovação do projeto. Os dois caminhos estão traçados e você tem a minha solidariedade, o meu voto já aqui aberto e declarado, por antecipação, às duas proposições.

A minha presença tem o propósito, também, de afirmar, mais uma vez, a minha compreensão de que escola técnica é um instrumento de uma política de desenvolvimento estratégico do País. Eu não vejo escola técnica fora desse quadro, fora dessa compreensão. Até para ilustrar isso, aquela história, às vezes a gente fala e não faz: A minha compreensão da escola técnica com esse perfil me fez propor aqui, no Congresso Nacional, nesses últimos tempos, três projetos que eu considero de relevante importância para o meu estado e, por conseqüência, para o meu País.

O meu estado que, por exemplo, até hoje não foi contemplado com escola técnica, será. Agora, foi incluído. Coincidentemente, eu havia apresentado um projeto, aqui no Senado Federal, já

aprovado, em caráter terminativo, na Comissão própria aqui na Casa. Foi para a Câmara, logicamente que autorizativo, mas provocativo da instalação de uma escola agrotécnica federal no meu estado.

Isso para que a gente quebre aquele círculo vicioso em que não há desenvolvimento porque não há mão-de-obra formada e especializada, e não há mão-de-obra porque não há desenvolvimento. Eu acho que o papel de Estado entra exatamente aí: quebrar esse círculo vicioso. Então, com a instalação de uma escola agrotécnica federal, sediada em Rio Branco, capital do Estado, eu creio que a União quebra esse círculo vicioso, promove as condições para que o estado, formando mão-de-obra e mão-de-obra que terá que ser identificada pelas demandas locais, regionais. Acredito que isso se constitui numa contribuição expressiva para o desenvolvimento, como disse, do estado e do País.

No mesmo sentido, propus, recentemente, uma Emenda Constitucional que autoriza o recrutamento, de jovens numa faixa, que o Senado vai discutir, mas eu propus que seja de 16 a 24 anos, residentes na zona rural ou na nossa mata ali do Acre. Por mais de cinco anos esses jovens passariam por uma seleção pública simplificada, seriam capacitados e treinados e aí entra a escola técnica e outros organismos, outras instituições. Seriam capacitados e treinados para atuarem, supletivamente, junto aos órgãos que prestam assistência técnica aos produtores.

E um terceiro projeto, apresentei também, nessa linha com uma visão estratégica. Um projeto também autorizativo, mas provocativo, que prevê a instalação, lá no Município de Cruzeiro do Sul, segundo maior município do estado, banhado pelo rio Juruá e que liga o estado ao restante da Amazônia, a instalação de uma escola técnica de construção naval, para a gente resgatar práticas que estão se esboroando. Naquela região, nós, artesanalmente, sempre construímos embarcações que serviam não só para o transporte doméstico, mas chegávamos a construir embarcações para outros locais da Amazônia. Essa prática está desaparecendo. A cultura, não devidamente processada, está se esboroando. Como eu disse, e creio, seria de fundamental importância a insta-

lação dessa escola técnica de construção naval, por que não? Lá no Acre. Lá em Cruzeiro do Sul, às margens do rio Juruá.

Com a instalação de um grande estaleiro, para formar, novamente, mão-de-obra especializada na construção de embarcações para as nossas necessidades locais, regionais e com a visão de que ali, naquela região, nós podemos nos tornar um grande pólo produtor de embarcações. Por que não? Por que que estaleiros têm que estar no rio, seja lá aonde for, tudo bem que esteja no rio, mas por que não em Cruzeiro do Sul? A partir da instalação de uma escola técnica.

Então, dito isso, fiz questão de expressar aqui a visão que eu tenho do que representa a escola técnica para o nosso País. Um instrumento de política de desenvolvimento, não vejo de outra forma. E ilustrei aqui com as últimas proposições que fiz, coerentes umas com as outras. Proposições que permitem que nós possamos introduzir uma ferramenta de fundamental importância, como essa, no contexto do meu Estado, da minha região. Martim, desculpa a intimidade, mas acho que foi você que mencionou que não podemos contemplar pequenos municípios com escolas técnicas, foi você que falou? Não? Algum companheiro aqui falou, desculpa, mas eu não me recordo, eu colhi aqui da manifestação de um dos senhores, desculpa, eu julguei que tinha sido o Martim, mas não foi.

De fato, não podemos assim, aleatoriamente, instalar, sair instalando escola técnica por aí afora, sem que ela esteja programada, sem que ela seja vista como um instrumento. Portanto, para cumprir o que eu disse, não me alongar, eu quero, mais uma vez, parabenizar aqui, a persistente, corajosa e valente atuação, do Senador Paim, particularmente nessa área. Uma área de fundamental importância para o País, para o desenvolvimento do nosso País. Esse Fundo, se criado muda, substancialmente, as coisas.

Por exemplo, de forma prática, a existência do Fundo passa a nos projetar para uma outra dimensão, Paim. A partir dele, nós não vamos mais discutir e o companheiro do ministério aqui se referiu à dificuldade anual: "Será que vai ter dinheiro

para essa área? Para as escolas técnicas?" Não. Com o fundo a conversa vai ser outra. Nós vamos partir já da existência de recursos. Nós vamos discutir outras coisas, mas a existência de recurso já não será mais motivo de preocupação, Paim.

Nós podemos discutir o quanto, mas não se haverá possibilidade ou não de alocação de recurso no Orçamento. Então, muda substancialmente a coisa. É por isso que a aprovação dessa emenda é de fundamental importância para o sistema, para o ministério, para os brasileiros, para os estados, para esse País que precisa focar numa área como essa. Com coragem, com determinação, com planejamento, para que isso represente, de fato, o crescimento com distribuição de conhecimento, com distribuição de riqueza que um instrumento como esse pode propiciar a milhares e milhões de jovens nesse País. Dito isso, quero pedir desculpas por ter me estendido e agradecer a oportunidade de estar aqui com todos vocês, muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Gostaria de agradecer as generosas palavras do Senador Geraldo Mesquita Júnior porque o trabalho dele é brilhante e vocês sabem disso. Fico muito feliz, em um evento como este, dele ter sido nosso parceiro.

Passo a palavra à Deputada Luiza Erundina e, em seguida, ao Senador Roberto Cavalcanti, que veio aqui prestigiar o nosso evento. Sei que ele domina esse tema da importância do ensino profissional. Se me permite, Deputada Luiza Erundina, vou dizer algumas coisas que talvez eles não saibam, mas você sabe. A Deputada Luiza Erundina e eu, na época, estávamos no mesmo partido. Ela foi indicada para ser ministra, houve contestações no campo do meu partido, mas quero dizer que eu fiz e o faria de novo. Lembro que eu era Deputado e fui lá visitá-la no ministério. Cumprimentei-a pela ousadia, pela firmeza, pela convicção e pelo belíssimo trabalho que fez como Ministra do Trabalho na época. Quero lhe dizer que V. Exª foi ministra e eu me orgulho. V. Exª aceitou o desafio, foi ministra e teve nosso total apoio. Nem todos gostaram do apoio que eu lhe dei, mas fiz de coração e daria de

novo. Então, uma salva de palmas porque essa Deputada e ex-ministra, merece.

**DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** (PSB – SP) – Obrigada, Senador Paulo Paim, eu quero agradecer a deferência de me trazer a essa, Mesa de Senadores, o que, sem dúvida nenhuma, sugere o quanto V. Exª é atencioso, é generoso e que preserva as relações pessoais, que se sobrepõem às relações políticas, partidárias.

O mesmo com o Senador Geraldo. Esse aqui é paraibano, portanto eu me sinto em casa nessa Mesa por esses vínculos, esses laços afetivos. Porque a condição hierárquica de representação que, evidentemente, eu estou num outro plano, embora representando o povo do meu País na Câmara dos Deputados. Eu tive a honra, o privilégio, a oportunidade, de conviver com esse Senador hoje, Paulo Paim, quando Deputado e nós atuamos muito juntos. Eu, às vezes, relatando iniciativas dele e posso testemunhar, prova disso é essa iniciativa estar em discussão aqui, que ele está sempre na vanguarda das grandes idéias. Projetando o País para o futuro, no espaço mais adequado para isso que é o Poder Legislativo, que é o poder mais importante da democracia.

Eu saúdo a todos os presentes e quero te dizer, Paim, se me permite tratá-lo dessa forma, sem maiores protocolos, que eu estou aqui por pressão das minhas bases de São Paulo, para ver que a tua PEC, a tua Proposta de Emenda Constitucional, já está provocando as bases, as nossas bases e eu fui pressionada dias seguidos. Não deixe de ir à Audiência Pública que o Senador Paulo Paim está promovendo sobre o Fundep. Aqui estou, evidentemente, também, muito identificada com a iniciativa. Quero me comprometer em construir essa proposta, que você disse muito bem, como tem sido o método de trabalho teu, seja na Câmara, seja aqui, nunca impor uma idéia de cima para baixo, como algo definitivo e acabado mas, sempre, suscita uma reação da sociedade que termina aperfeiçoando, completando e legitimando essas iniciativas que você e tantos outros tomam em qualquer direção.

Eu queria dizer que essa iniciativa vai além de uma proposta para criar um fundo para financiamento da educação profissional. Ela suscita, a meu ver, como fez o Fundeb. Eu fui da Comissão Especial que construiu a proposta do Fundeb, que já foi aprovada na Câmara, no Senado e já voltou para a Câmara, como Casa revisora. Isso devido a mudanças que foram introduzidas aqui no Senado. Essa iniciativa que é do Senado, na tua pessoa, na pessoa do Senador Paulo Paim, está levando o País a discutir, não financiamento público da educação em todos os níveis, está levando a discussão de uma política educacional no País.

Que vai muito além de fundos, de recursos, de ter dinheiro ou não. Está levando à, exatamente, à construção de uma política de Estado, não uma política de Governo sobre a educação em nosso País. Esse é o grande mérito dessa discussão. Além, evidentemente, de se garantirem recursos, tanto quanto possível suficientes, equilibrar, inclusive, o ônus de cada esfera de poder no aporte de recursos públicos, para financiar a educação em todos os níveis. Mas, mais que isso, se está discutindo uma política de estado sobre a educação em nosso País.

E, evidentemente, isso está aliado a uma discussão sobre que País nós queremos, que desenvolvimento nós propomos, quais são as metas que o País se propõe nas próximas décadas. Não só nos próximos anos ou nos próximos governos. Eu me sinto envolvida, estimulada e muito motivada nessa Audiência Pública e no processo que desencadeamos com o Fundeb. Por estar discutindo a política pública de educação em nosso País. Então, esse é o grande mérito.

Por outro lado, acho que pela abrangência dessa discussão e pelo interesse que ela desperta na sociedade civil, deveria incluir a discussão, não só daquilo que é público, mas, também, em relação à educação profissional que é desenvolvida pelas comunidades locais. Existem muitas iniciativas das comunidades locais, realizando cursos profissionais, suprindo uma carência, uma necessidade, sem que isso esteja vinculado a recursos públicos. Esforço da própria comunidade.

Então, é um subsistema que, a meu ver, teria também de ser pensado, teria de ser incorporado, integrado a esses esforços que o

estado vai, evidentemente, ter que fazer e que empreender a partir da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional. Eu lembraria, também, o subsistema privado, escolas particulares que também desenvolvem cursos profissionais, além do sistema S e, agora, com essa proposta, o sistema público profissional, numa escala muito mais ampla do que foi até hoje e isso tem, necessariamente, que se reportar numa política de desenvolvimento para o País. Então, são essas coisas macro, são essas questões estratégicas que, a meu ver, estão no bojo da discussão dessa Proposta de Emenda Constitucional que vai muito além, insisto, de se pensar apenas a criação de um Fundo para financiamento da educação profissional.

Isso tem de estar articulado com o Fundo de Financiamento da Educação Básica e os outros aspectos que o Fundeb envolve, além do sistema privado, sistema comunitário, em suma, nós estamos pautando, agendando e enfrentando, uma discussão que o País já deveria ter feito há muito tempo, que é: Que País nós queremos? Que desenvolvimento nós propomos? A que prazos, num planejamento estratégico de curto, médio e longo prazos e, evidentemente, o envolvimento de todas as forças da Nação envolvendo estado, envolvendo a iniciativa privada, envolvendo a sociedade civil, envolvendo as comunidades locais. Enfim, toda uma sinergia que deve-se construir em torno daquilo que é o futuro do nosso País, que passa, necessariamente, por uma política de educação ampla, global, estratégica, planejada e referida a um amplo processo de desenvolvimento em nosso País.

Parabéns Senador, obrigada por me permitir estar aqui nessa Mesa, meus companheiros Senadores, ouvintes e participantes dessa Audiência Pública, também quero me envolver nessa discussão, Paim, participar da Conferência Nacional e onde estiver sendo discutido o tema, me permita entrar, para poder estar participando dessa discussão, muito obrigada.

**SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PMDB – AC) Eu retomo a palavra aqui, só para pedir licença para me retirar, tenho um compromisso, estão me chamando e para registrar que hoje é o dia das coincidências, dos autores se encontrarem

com os relatores. Aquele projeto que eu mencionei há pouco, que cria ou autoriza a instalação de escola técnica de construção naval em Cruzeiro do Sul, o Relator é o Senador Cavalcanti, para mim uma satisfação. Como o Paim pediu para o Juvêncio uma salva de palmas, eu queria pedir, também, para o Senador Cavalcanti, uma salva de palmas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT–RS) – Senador Roberto Cavalcanti, faço questão de passar a palavra a V. Exª Agora peço as palmas para ele que ficou todo o dia conosco aqui, e é parceiro em toda essa caminhada, Senador Roberto Cavalcanti está conosco aqui nesse momento e já tem participado dos debates no Plenário, nesses temas que envolvem, diretamente, os trabalhadores, empresários e naturalmente, a formação profissional, pela sua importância. Então, antes de passar a palavra para ele, queria dizer para vocês que, a Deputada Luiza Erundina representou muito bem a Câmara dos Deputados. Eu entendo que V. Exª, nessa Audiência Pública, falou em nome da Câmara dos Deputados e isso é muito importante porque a PEC aprovada no Senado vai para a Câmara e lá nós a teremos sob a liderança de V. Exª. Eu falava também do Alex Canziani, que é o que coordena a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Técnico, lá na Câmara. Uma salva de palmas à nossa Deputada Luiza Erundina, que representou, aqui, a Câmara de Deputados e aí eu passo em seguida, o Roberto Cavalcanti.

**SENADOR ROBERTO CAVALCANTI** (PRB – PB) – É um prazer cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentar a minha conterrânea, na Paraíba, que somos loucos que ela vá atuar, politicamente, lá. Mas ela é apaixonada aí por São Paulo e pelo Sul, mas um dia nós vamos conseguir trazê-la de volta, para que ela, com esse brilho, essa competência, possa melhorar o nível da política paraibana. Eu vim, hoje aqui por duas razões: primeiro, por ser membro da Comissão, que seria uma razão óbvia. E segundo, para dar um testemunho pessoal da minha história de vida e o ensino profissionalizante.

É um fato interessante a cumplicidade que nós temos. Eu era menino, garoto, pequeno, eu nasci, na verdade, em Recife, depois migrei para Paraíba e, ao lado da minha casa, eu tinha uma escola técnica federal, a Escola Técnica Federal de Pernambuco. Ela fica na rua Henrique Dias, no bairro do Derby, era vizinha à minha casa. Então, era aluno de outras escolas particulares e, na verdade, meu pai pagava uma boa escola particular para o filho, mas a minha inveja era da Escola Técnica Federal de Pernambuco. Lá eu tinha o melhor campo de futebol de qualquer outra escola, lá eu tinha um ensino prático e, na vida, nós nos habituamos a muita coisa teórica. Mas lá nós tínhamos o contato para uma criança ver as máquinas, tornos, serras de fita e tal, operando, é um fascínio.

Então, foi extremamente marcante, na minha formação pessoal, a qualidade do ensino profissionalizante da época na Escola Técnica Federal de Pernambuco. Posteriormente, por razões de vida, na verdade eu sou formado em Economia e fui para Paraíba empreender, trabalhar. E lá nós construímos uma empresa industrial, uma fábrica.

E qual foi a minha grande segunda paixão? Foi, exatamente, parceria da empresa privada com a Escola Técnica da Paraíba, hoje, Cefet, chama-se seu Centro de Ensino. Lá, dentro da escola técnica, no Cefet da Paraíba, eu consegui, de forma direta com parceria indireta, formar os melhores profissionais das nossas empresas e de lá saíram os melhores operadores de máquina injetora, de prensas de estampagem, máquinas de silk screen, todos tirados ou formados em parceria com a Escola Técnica da Paraíba.

Também, em parte, com o Senai, de forma indireta, via CNI, faz parte de um conjunto, mas que, também, tem uma atuação de escola profissionalizante. Então, o meu testemunho, a minha identidade, com a escola técnica, com o ensino profissionalizante, é fantástico. Eu assumi o Senado há pouco tempo, na verdade, eu sou um suplente em exercício, eu tive a oportunidade de escutar o pensamento da Paraíba. E busquei visitar as universidades porque são as academias e, nas univer-

sidades, você tem um pensamento, uma amostragem, do pensamento do seu Estado. E estendi essa visita ao Cefet e, para mim, foi das visitas mais enriquecedoras que eu pude ter.

O Cefet da Paraíba tem uma região vizinha à escola profissionalizante, de baixa renda, e eles tinham um desejo muito grande de fazer programas de integração entre a escola e a comunidade.

A criação de um Fundo que vise incentivar, proporcionar, gerar o desenvolvimento do ensino profissionalizante do Brasil, para mim é um tema que eu gostarei demais de me acostar, em toda oportunidade que tiver, estar presente em debates sobre o tema.

Perdi, hoje, por questões de agenda, um debate feito, a Audiência Pública em si. Acho que o sistema de Audiência Pública é uma coisa enriquecedora, porque permite que se traga uma amostragem, em focos de visão bastante heterogêneas, mas que enriquece a todos e gostaria de registrar e parabenizar os presentes e dizer que vocês podem contar com um aliado, no que for possível, para incentivar o ensino profissionalizante no País. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – O Senador Roberto Cavalcanti deu um testemunho de vida, da importância das escolas técnicas. O ensino técnico profissional é a sua paixão e acredito que de todos nós também, por tudo que representa.

Chego a dizer que é a melhor forma de combater a violência. Se a nossa moçada estiver preparada, via escolas técnicas e, conseqüentemente, habilitada para disputar ou ir em busca de um posto de trabalho, é uma forma de você tirar ele das mãos do narcotráfico, enfim, da violência, tão fortemente instalada nesse País. Com esse depoimento, demonstro o quanto acredito nessa Audiência Pública. Nós vamos falar com o Presidente Renan Calheiros, que tem nos ajudado muito aqui, sobre todos os encaminhamentos que temos feito, nas mais variadas áreas. Só para dar um depoimento: Amanhã, ele se comprometeu comigo e vai

receber a Nação Indígena, a meu pedido. Trazer uns 15 líderes de Nações Indígenas do País para tratarmos desse tema, o qual aprecio com muito carinho, também. Inclusive, formamos aqui uma Comissão Especial para tratar desse tema.

Quero ainda dizer que eu estou muito feliz com este evento, pela forma como se desenvolveram os debates. Eu digo, sempre, que eu tenho muito orgulho de ser autor de alguns projetos, entre eles o Estatuto das Pessoas com Deficiência, que, se Deus quiser agora que a Conferência de Nova Iorque aprovou o eixo daquilo que é a recomendação internacional, o Estatuto há de ser aprovado este ano. O Estatuto do Idoso já foi aprovado, com a participação da Deputada Erundina, e o Estatuto da Igualdade Racial também é um tema interessantíssimo. Alguns não entenderam o espírito do projeto e outros fazem críticas, eu digo até desproporcionais e irracionais. Quando a gente apresenta um projeto como esse para vocês, a gente quer debater o projeto, quer construir e que saia o melhor que represente a média de pensamento da sociedade.

Passo a palavra ao Plenário, porque eu entendo que há quase que um consenso sobre o tema. Claro vai ter que ser aperfeiçoado aqui, ali, até a redação final, mas como é que a gente pode, usando a força dos senhores, líderes que estão aqui, fazer aquilo que eu chamo uma cruzada, em nível nacional, para que, efetivamente, a PEC seja aprovada. Senão, a gente fala aqui de cerca de três bilhões de investimento na educação. E como é que isso se torna concreto? Só aprovando a PEC.

Passo a palavra ao Plenário, deixando à disposição, inclusive, da nossa Deputada, primeiro, para que a gente possa, talvez, dialogar um pouco nesse sentido. Eu acho que essa decisão, que me foi aqui apresentada de que as Conferências Estaduais já recomendaram a aprovação do Fundo, já é um caminho, mas mais do que isso, acho que tem que haver uma mobilização para que, efetivamente, a PEC seja aprovada. Deputada.

**DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** (PSB – SP) – Quero pedir licença e desculpa, tenho que me retirar, nós estamos para vo-

tar uma PEC lá na Câmara acabando com o voto secreto. Então, também uma questão muito importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Tem meu total apoio, viu?

**DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** (PSB – SP) – Vai vir, também, para o Senado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – E, aqui, vamos defender.

**DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** (PSB – SP) – Então, peço desculpas de não poder ouvir as indagações e as intervenções que vão se seguir. Obrigada, Senador, muito obrigada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Deixo a palavra aberta ao Plenário, pois fiz quase que uma provocação, no sentido de que a sociedade se mobilize, pela aprovação da PEC. E cada um que usar o microfone, seria bom que se identificasse no momento da fala, porque a nossa intenção é, inclusive, transformar essa audiência num pequeno livreto que vocês receberão como uma contribuição ao debate.

**SR. HAMILTON LOMBARDI** – Meu nome é Hamilton Lombardi. Sou Superintendente Adjunto de uma Fundação pública municipal. Quero, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Paulo Paim, aos demais Senadores presentes, em especial, ao Sr. Wilson Vanderlei e à Margarete dos Santos e ao Ricardo Nascimento, que sei que está ausente, mas que me deram o privilégio de nos convidar, através desse ofício que está na minha mão, para nos fazermos presente aqui. Isso é muito importante. Por quê? Vou me estender um pouco para poderem entender o que é a situação de um município que investe em educação profissional.

Indaiatuba é uma cidade localizada na Região Metropolitana de Campinas, região que possui 9% do PIB do País. Então, é região extremamente industrializada. No início da década de 80, a cidade de Indaiatuba começou a receber as indústrias e percebeu-se que o indaiatubano ficava desempregado. Aí o que acontecia?

Não adiantava trazer as indústrias para o município se ela não trazia benefício para o município.

Então, em 1985, criou-se a Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura, com Lei Municipal, onde se destina 2% do orçamento do Município para manutenção dessa escola técnica. Só que em 1996, puxaram o tapete da gente porque, com a nova LDB, o município ficou proibido de investir em educação que não fosse no ensino fundamental. Só que nós já tínhamos uma instituição que fazia parte do contexto da sociedade, com mais de dez anos de existência.

Aí perambulamos lá. Entramos no Proep em 1999, conseguimos um investimento de R$3 milhões. Fomos, no Brasil, nós e mais um do Rio Grande do Sul, que não me recordo a cidade, a conseguir, agora, um complemento. O Sr. Grabowski, que estava anunciando aí o Proep 2, já consegui um Proep 2, agora, por eficiência. Fomos o primeiro no Brasil a prestar contas, nunca tivemos problema. E gostaria de deixar registrado, que, em 1999, captamos R$3 milhões do Governo Federal, através do Proep, mas, em contrapartida, o Município de Indaiatuba investiu R$55 milhões na manutenção daquele empreendimento.

O Fundo é essencial. Falando da parte de segmento de que tipo de aluno vai estudar, o Almério fez uma colocação dizendo das qualidades do ensino propedêutico, da construção do cidadão. Concordo em gênero, número e grau. Só que também não posso discordar do meu amigo gaúcho, que fica preocupado com o indivíduo de faixa etária maior e esse, que vai numa escola técnica hoje, no ensino modular, que tem uma realidade diferente e que encaixa esse cara no mercado resgatando, inclusive, egressos do ensino superior.

Isso aí tem de ser registrado. Não é buscar. Eu tive a oportunidade de ser professor de alunos, que entravam com 13 anos e se formavam com 17, num Curso de Mecânica e, depois, iriam ser médicos e é legítimo. Você não pode traçar o destino do indivíduo aos 13 anos de idade porque o pai dele gosta de mecânica. Isso aí não existe. Então, tem que ser pensado esse tipo de coisa. Cada critério tem que tem a ver com a característica regional.

Realizamos, também, um senso industrial, porque se fala: "Ah, não tem que conhecer as demandas". Como vai acontecer as demandas em cima de dados do SEAD e do IBGE, que são macros? Não tem como você conhecer.

Nós fizemos um senso regional, para conhecer e compreender as nossas indústrias e descobrimos, através disso, que tinha uma indústria lá que tem, numa das plataformas dela, 80 milhões de compra e não comprava de ninguém lá da região. Realizamos um painel de negócios, integrado dentro da instituição e fizemos a contratação de 16 empresas para poder fornecer produto para eles. Conseqüência disso, devemos atingir em torno de R$40 milhões nos próximos 12 meses e eles vão repercutir em empregos. Eu vou encerrar. Muito obrigado.

**SR. SOLOMAR PEREIRA ROCKEMBACH** – Meu nome é Solomar Rockemback. Eu estou Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais do Estado de Paraná e sou fruto de uma escola técnica lá do Rio Grande do Sul que me fez chegar ao Estado. Hoje sou Presidente de uma entidade que atende a todos aqueles profissionais do nosso estado.

Eu quero dizer, Senador, que o senhor está de parabéns, não só por esse projeto, mas por aquilo que você vem fazendo aqui no Congresso Nacional. O senhor pode contar que nós seremos um elo de convencimento aos nossos parlamentares do estado, um estado que vem crescendo bastante em função dos próprios profissionais, técnicos e industriais que hoje lá laboram, tornando um estado com reconhecimento nacional pelo que produz, pelo seu desenvolvimento. Tanto é que o ensino técnico é tão importante para o nosso Estado, que mais três unidades do Cefet foram criadas lá no Paraná. Então, tenho a certeza de que todos os nossos Diretores e os nossos companheiros estaremos empenhados no convencimento aos nossos parlamentares, aqui, para que tornem, o mais rápido possível, esse projeto em realidade. Era só isso minha contribuição, obrigado.

**SR. AIR NUNES DOS SANTOS** – O meu nome é Air Nunes dos Santos, no exercício da Presidência do Sindicato dos

Foto: Valcir Pires

A audiência pública debateu a questão da Educação Profissional como forma de ampliar o acesso de jovens ao mercado de trabalho

Técnicos Agrícolas do Estado do Rio Grande do Sul. A minha intervenção é, apenas, para registrar, prezado Senador Paulo Paim, nosso estimado e grande contribuinte da causa dos técnicos, apenas para registrar, que estamos irmanados junto aos Técnicos Industriais de todo País. Nós, lá no cantinho do Brasil, irmanados nessa luta de levar o Projeto de Emenda Constitucional, de vossa autoria, e, também, o projeto de lei que segue junto a essa Emenda Constitucional. Vamos envidar todos os esforços para que tenha a sua consecução e o Brasil possa contar com mais essa fonte de recursos, tão necessária, ao desenvolvimento do ensino técnico profissional do País. Muito obrigado, Senador.

**SR. JOÃO ABELARDO BRITO** – Boa-tarde, senhor Senador. Meu nome é João Abelardo Brito, sou Diretor do Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio Grande do Sul e, Senador, quero valorizar o senhor pelo excelente projeto e nos colocarmos, mais uma vez, à sua disposição no Estado do Rio Grande do Sul

para, se necessário for, colher assinaturas para colocarmos essa PEC, que é de suma importância, em pleno vigor, o mais breve possível. Senador, pode contar conosco e acredito, também, que o nosso Superintendente da Suepro colocará o esforço também de todas as escolas, como já fizemos quando da aprovação do nosso projeto de lei que, da nossa lei, dos técnicos, nós mandávamos, naquela época, telegramas para os parlamentares. Hoje se pode usar *e-mail* e colher assinaturas. Esse é um esforço que nós nos colocamos à disposição do senhor, lá no Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado.

**SR. MARTIM SARAIVA BARBOZA** – Eu queria, Senador, na verdade, retomar, rapidamente. Talvez não tenha ficado bem entendido na minha primeira fala duas questões e quero falar uma terceira para fechar. Primeiro, quando o Wilson, da Federação dos Técnicos Industriais, a Margarete e o Ricardo Nerbas, do Sindicato dos Técnicos Industriais lá do Rio Grande do Sul, conversaram comigo da possibilidade da gente ter uma Audiência Pública, imediatamente eu disse: "Olha, eu sou parceiro para estar lá. Isso, como Superintendente da Educação Profissional, por todas as discussões que a gente faz, tentando colocar a educação profissional na pauta da sociedade, porque acho que isso é necessário. Qualquer articulação que a gente possa fazer junto com os técnicos, que a gente tem um trabalho próximo do Sindicato de Técnicos, não podia ser diferente, acho que as redes que fazem a educação profissional têm que se aproximar muito do mundo da produção, do mundo do trabalho e, especialmente, dos Conselhos Regionais, dos Sindicatos de Técnicos".

Então, desde o primeiro momento que nós nos somamos ao apoio de tocar em frente a sua Emenda e, se tiver que fazer correção, a gente faz no caminho. Eu acho que tinha que registrar isso aqui. Dizer ao senhor que, quando eu falei da questão e o Senador Geraldo Mesquita tocou nesse assunto, de que pequenos municípios que tenham, às vezes, uma escola de Ensino Médio, com 300, 400, 500 alunos no ensino médio, não deviam ter o curso técnico integrado com o ensino médio, mas lá se pode

fazer um curso técnico concomitante ao médio, ou subseqüente, pós-médio.

Às vezes você tem 500 alunos fazendo ensino médio, faz um curso técnico lá para formar 25 técnicos, na área da informática, faz outro curso técnico para formar 25 na área da eletrônica, faz outro curso técnico para formar 25 na área da gestão, porque, quando a gente faz um curso técnico num pequeno município, a gente eleva a auto-estima daquela comunidade.

O curso técnico também tem um papel a cumprir de não ficar somente nas médias e grandes cidades, em grandes escolas, porque na verdade, quando nós fazemos isso, Senador, nós acabamos subtraindo o desenvolvimento do cérebro das pequenas comunidades para trazer para as grandes comunidades que, depois, não volta para a comunidade pequena. Ajudar a desenvolver a educação profissional é, também, pensar, nesse País, em descentralização. Nós, os órgãos de Governo, devemos traçar diretrizes, fazer planejamento, que a gente é carente de planejamento e, depois, criar mecanismos de avaliação e de controle.

Mas a gente tem que pensar em educação profissional descentralizando a sua oferta. E por último lhe dizer, Senador, que estou autorizado, pela Secretária Nelsi Müller, que é nossa Secretaria da Educação, de que o depoimento que entreguei a V. Exª aqui, por escrito, apoiando a tramitação da Emenda, do Projeto de Lei, será encaminhado pela Secretária da Educação, à bancada federal gaúcha, no sentido de dar-lhe o apoio necessário, tanto dos nossos Deputados Federais gaúchos, quanto dos nossos Senadores gaúchos, à tramitação da vossa emenda. Queria dizer isso porque conversei com a secretária antes de vir para cá, muito obrigado.

**SR. ALMÉRIO MELQUÍADES DE ARAÚJO** – Eu queria só acrescentar a essa discussão que, quando a gente fala em educação profissional, tem um foco muito grande no jovem, na pessoa que não tem experiência profissional. Entretanto, a maioria esmagadora do trabalhador brasileiro aprendeu fazendo.

A gente esquece dessa formação em serviço, ou seja, a maioria do trabalhador, vai aprendendo um conjunto de pro-

fissões, de ocupações, empiricamente. Logo, talvez seria bom mencionar, nesse projeto, a possibilidade de avaliação e certificação de trabalhadores, porque o trabalhador já sabe. É necessário consolidar, certificar, esses conhecimentos, essas habilidades, essas competências que ele desenvolveu ao longo de cinco, dez, 15 anos e que a Carteira de Trabalho não é suficiente, ela não consegue traduzir, ela é um registro muito simples e que as escolas técnicas públicas, federais, o Senai, o Senac, os Cefets, as escolas, até, particulares podem se constituir, além de centro, como já são, de formação, em centros de avaliação e certificação de trabalhadores.

Penso, também, que a gente pode acrescentar a questão da democratização da educação profissional, da sua ampliação, de chegar aos rincões mais afastados. Lá no Acre, que o Senador mencionava, e a escola de construção naval, também isso só seria possível se nós pensássemos na tecnologia da educação à distância. Ou seja, até que ponto a educação profissional também pode se beneficiar das técnicas de educação a distância para difundir conhecimentos, tecnologia e até facilitar, volto à questão da avaliação e da certificação de competências profissionais.

**SR. GABRIEL GRABOWSKI** – Senador, por razões logísticas, eu preciso me afastar, mas gostaria de deixar último registro aqui, Gabriel Grabowski, representante da Cetec. Em nome do ministério, reafirmando aqui o que já expomos, de continuarmos esse processo de discussão, de construção e de aprovação da PEC e do PL, para o desenvolvimento da política pública nacional de educação profissional. Agradecemos e continuamos à sua disposição.

**SR. JESSÉ BARBOSA LIRA** – Boa-tarde a todos, meu nome é Jessé Barbosa Lira. Estou Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Pernambuco, fui Diretor Adjunto da Escola Técnica Estadual Professor Agamemnon Magalhães e hoje continuo professor e trago para o senador nossas congratulações pelo seu trabalho. Com certeza nós estamos precisando, exatamente, desse seu incentivo. Inclusive porque nós vivemos um momento desagradável na nossa escola, a escola em que eu tra-

balho, ainda hoje e espero que, com certeza, com essa mudança que nós começamos agora a pouco, nós retornemos, de fato com os cursos técnicos. Nossa escola ficou à deriva por, praticamente, oito anos, sem contar do início da reforma de ensino e, só agora, a duras penas, nós conseguimos retornar, com o curso técnico em química, nos mesmos moldes que acontecia antigamente. Inclusive tive o privilégio de ter a presença da nossa Presidente da Abeti, a professora Margarete, que trouxe para nós o certificado de que é importante que nós invistamos em ensino profissionalizante.

Na ocasião nós tivemos várias dificuldades porque a nossa escola, vinculada à Secretaria da Educação, atravessou várias dificuldades do ponto de vista de com quem estaria a gestão da escola técnica. Se com a Sectma ou com a Secretaria da Educação. E, nesse jogo de empurra, nós ficamos numa situação muito delicada. Não fossem nossos esforços, como professor da escola, enfrentando várias dificuldades, inclusive, relegados a terceiro plano pelos nossos superiores por estarmos insistindo que a escola fosse transformada apenas em Ensino Médio. E, aqui, eu quero lembrar a questão do que o professor falou, agora há pouco. Acho que, se houver êxodo desses municípios pequenos, que haja o êxodo das pessoas, mas com uma qualificação melhor, ao contrário de haver o êxodo apenas com Ensino Médio.

Acho que esse momento é muito importante para o ensino profissionalizante e quero deixar registrado, aqui, a nossa satisfação e agradecer também ao nosso Presidente da Federação, Wilson Wanderlei, por estar encabeçando esse processo de forma veemente e, com certeza, nós vamos chegar a atingir nosso objetivo, muito obrigado.

**SR. WILSON WANDERLEI VIEIRA** – Senador, mais uma participação, Wilson Wanderlei Vieira, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais. Quando nós estivemos com o senhor, em Canoas, quando nós discutimos a realização dessa Audiência Pública, nós tínhamos entendido que a lei não teria seqüência, que era a PEC. Então, nós fomos vendo que a lei tem seqüência também, não é?

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Como a lei é apenas autorizativa, ela acaba sendo, querendo ou não, muito mais um gesto político, pedindo ao Governo que invista no ensino técnico. Na verdade, o que tem de valer aqui é a PEC porque o projeto autorizativo é mais uma recomendação, dizendo que o Congresso Nacional gostaria muito que fosse investido no Ensino Técnico. A PEC é diferente. Pois nós vamos destinar um, dois, três, quatro bilhões do Orçamento, enfim, das fontes que estão apontando, como do FAT, para que seja aplicado, efetivamente, no ensino técnico.

Por isso, acredito que temos de centrar na PEC. Porque o projeto, de autorizativo, ele passa aqui, como passa na Câmara, com uma certa tranqüilidade. Vai para o Executivo, eu não estou discutindo quem vai ser ou é o Presidente da República, como disse aqui alguém, não é uma política de Governo, é uma política de Estado que nós precisamos. A PEC tem de ser o centro da nossa discussão. Então, o projeto autorizativo acaba sendo só uma recomendação. Eu quero, inclusive, esclarecer, se me permitirem, que no projeto original, por um erro que eu não percebi, falam em três representantes de uma única Central, o que é um absurdo.

**SR. WILSON WANDERLEI VIEIRA** – Exatamente isso que eu ia tocar, aqui.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Mas isso é um absurdo. Vocês vão ver que, mesmo no autorizativo, nós retiramos isso. Porque, quando a gente fala em representante dos trabalhadores e se falou em Centrais, enfim, vê como passa e, até por mim passou a questão dos três representantes numa única Central. Eu posso dizer para vocês, e sei da responsabilidade do que vou dizer porque a TV vai passar para todo o Brasil, eu tenho uma relação excelente com todas as Centrais Sindicais e, calculem como é que eu vou explicar agora: "Pô, Paim tu colocou três de uma e nós, ninguém." Então, isso já está superado, já sumiu do projeto. A versão que foi aprovada não tem essa história de três representantes de uma única Central Sindical e nós estamos ampliando. E, na PEC, vocês vão ver que, nós nem citamos mais isso.

Ela é abrangente e o Conselho vai ser regulamentado um segundo momento.

**SR. WILSON WANDERLEI VIEIRA** – Tudo bem, só acrescentando que, nós sabemos que, além do relacionamento que o senhor tem com as centrais também tem com as Centrais e também com as Confederações. Certo? Então, realmente é hora de nós virmos aqui. A questão dos três da Central Única dos Trabalhadores era uma das coisas. Muito bem, então. Está bom.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – A minha relação com as Confederações é excelente. Nós temos hoje, as Centrais, as Confederações e algumas das Confederações criaram a nova Central, por exemplo, e outras ficaram no Fórum das Confederações. Ainda essa semana, eu estive reunido com eles.

Então, dizendo com toda a tranqüilidade, no projeto que foi aprovado, que é uma recomendação, já não tem mais essa história de somente representantes de Centrais Sindicais. Falamos representantes dos trabalhadores que aí, os trabalhadores é que vão indicar no momento adequado e correto.

**SR. WILSON WANDERLEI VIEIRA** – Ok. Tudo bem.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – Senador, e, no caso, no texto da PEC, qual o critério estabelecido? Quem interagiria, por exemplo, ao Fundo? O perfil dessas escolas técnicas?

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Isso nós vamos ter de discutir ainda. Pode ver que está abrangente. No momento, nós estamos indicando muito mais as fontes de recursos para a criação do Fundo e depois a possibilidade de ter um Conselho. Eu tenho muita preocupação com o Conselho, isso eu afirmo aqui. A minha posição é que eu não quero um Conselho só com poder consultivo. Tem de ser um Conselho com poder deliberativo que, efetivamente, funcione como um Conselho Curador do FGTS e também do FAT, porque a redação final que se deu, nesse País, de seguro desemprego, foi uma fusão de três projetos.

Eu não vou citar, aqui, os autores, porque posso esquecer algum mas ali nós criamos, também, o Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT), mas tínhamos o cuidado de criarmos um Con-

selho com poder deliberativo. O que não existe na Previdência. A Previdência brasileira, pelo meu entendimento, podia ser exemplo para o mundo. Maior erro é não ter, o que eu chamo de Conselho Quadripartite, com representantes dos empregados, dos empregadores, do Estado e dos aposentados. No caso, com poder deliberativo, assim não iria acontecer o que acontece hoje.

Eu chego a dizer que quem diz que a Previdência brasileira é deficitária, o faz por três motivos: um, pode ser má-fé; dois, por inocência e três, por desconhecimento. E por que eu estou fazendo essa defesa? Porque eu quero dizer da importância do Conselho. Se a Previdência, no Brasil, tivesse um Conselho Quadripartite, representado por Governo, por empresário, por trabalhador e por aposentado, todos os recursos da Previdência ficariam na Previdência. Eu vou esquecer os três trilhões de reais que foram desviados até hoje. E a lei permite. O dinheiro da Seguridade, onde está? E o Congresso avaliza, ainda, esses desvios. Porque os governos mandam e o Congresso aprova. Eu tenho uma PEC nesse sentido.

Se o dinheiro da Seguridade fica na Seguridade e, dessas contribuições todas, o que seria da Previdência? Vamos especificar. Isso aqui é da Previdência e, naturalmente, quem vai administrar seria um Conselho Quadripartite. Dei toda essa explicação, falando em Previdência, alguém pode pensar que não tem nada a ver. Tem sim. Se aqui, nesse Fundo, nós tivermos um Conselho discutido com a sociedade civil, que vai cuidar, efetivamente, da forma da administração, nós não teremos problemas que tivemos, ao longo da história, com a Previdência Pública. Então, isso é algo que vamos ter de debater, quem sabe na própria Conferência que vamos ter em novembro, para a qual eu fui convidado para explicar muito mais a PEC do que o projeto, que é só uma recomendação. Quem sabe a gente possa sair de lá, com o entendimento de como é que a sociedade civil entende que tem de ser esse Conselho, com o poder deliberativo.

**SRA. MARGARETE DOS SANTOS** – Meu nome é Margarete, eu sou Presidente da Associação Brasileira do Ensino Técnico Industrial. Senador, eu fiquei com uma dúvida, esse Projeto

de Lei do Senado 274 não foi aprovado ou foi reeditado, eu não compreendi.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Vou explicar de novo. O projeto, quando eu apresentei tinha força de lei. Pois bem, o Senador Juvêncio da Fonseca, que foi Relator da matéria, conversando conosco e com a consultoria do Senado, chegamos à conclusão de que o projeto de lei, seria inconstitucional, porque está administrando verbas que seriam de iniciativa do Executivo. Por isso, nós recuamos do projeto, apresentamos a PEC que daí, sim, temos força, força de lei, mesmo porque é uma PEC, Emenda Constitucional. Acima da Carta Magna não existe mais nada, tem de ser cumprida. Desta forma, nós estamos, efetivamente, destinando verbas para o ensino técnico profissionalizante e o Executivo, vai ter de cumprir o projeto, na época, que era uma Lei Ordinária, virou um projeto somente autorizativo.

Ele foi aprovado, muito mais como uma indicação, aqui, no Senado. Assim mesmo, foi para a Câmara, mas já com as devidas alterações, tirando aquele vício de origem que falava em Central e não falava no conjunto das lideranças dos trabalhadores. Ainda tem de passar na Câmara. O que vale, para mim, é a PEC. Pode ver que eu estou insistindo muito nisso. Nós temos de trabalhar em cima da PEC. A PEC que é o coração desse grande tema que a gente está debatendo.

**SRA. MARGARETE DOS SANTOS** – Eu gostaria, apenas, de fazer um registro com relação às repartições deste Fundo, mesmo que seja uma indicação, mas que já fique para as pessoas pensarem, para a discussão, talvez, até na Conferência. Essa repartição que é feita no § 2º que diz: "Um inteiro e cinco décimos para região Nordeste etc". Eu quero sugerir que seja pensado e discutido, feito por meio da divisão da educação profissional. Então, que sejam percentuais para os cursos profissionalizantes, percentuais para o ensino técnico e percentual para o ensino tecnológico, para que não fique ao sabor dos Governos. Que seja realmente uma política de Estado e não de Governo. Então, queria propor isso para as pessoas discutirem e levar estas propostas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – É tão importante a sua colocação, se me permitir. Se nós entendermos que ele não deva avançar, indicando como é que deveria ser a regulamentação, nós podemos travar ele e jogar todo o peso na PEC. Isso é uma decisão que vocês podem tomar. Pode ter alguma lógica, mas fica para reflexão. Que esse Projeto, o qual é apenas uma recomendação, de repente, não vire o princípio da regulamentação, que é a sua preocupação e que a gente quer que fique com a PEC. Ela é genérica, mas ela aponta, efetivamente, de onde saem os recursos e quanto, pelo menos, a gente pode projetar, né?

A projeção que o Relator fez que, se ele tivesse sido aprovado, nós tínhamos ganhado em torno de três bilhões para investir nessa área. E, a partir daí, a gente vai para a regulamentação, quem sabe, a partir da Conferência. Estou dando só um exemplo, aqui, como uma contribuição que eu entendo que procede. Porque, mesmo o projeto, quando nós apresentamos, a intenção era essa. Que a sociedade civil viesse, debatesse e dissesse: "Não, está errado aqui. Vamos por aqui. Aqui tem de ser melhorado. Esse aqui é um equívoco. Nós entendemos que deve ser isso"; esse era o objetivo. Mas, a partir do momento que ele virou uma recomendação, ele passou, meio *en passant,* sem o aprofundamento do debate devido.

Se ele for travado eu, simplesmente, posso até retirar ele.

Se não travar, ele vai para a Câmara e, na Câmara, ele fica um longo período ainda, se assim nós entendermos.

O que eu vou tentar resumir para vocês é a seguinte frase, a seguinte visão que eu tenho do Congresso, de quem está aqui há 20 anos: "Esta Casa só funciona com pressão." Se houver pressão ele vai, se não, esse mesmo, embora autorizativo, fica engavetado e vai, até, para o arquivo. Se não houver pressão de vocês, que conhecem, a importância do tema, nem ele e nem a PEC avançam. A PEC só não avançará e ele ficará engavetado, esse é o termo, queiramos ou não, se não houver a devida pressão da sociedade organizada.

**SR. MARTIM SARAIVA BARBOZA** – Senador, se o senhor me permite, eu só queria fazer uma pergunta e deixar uma colaboração a mais. A pergunta é a seguinte: Senador, uma vez

aprovada a PEC, como é que o senhor vê a possibilidade de que o Governo dê sinal verde para o projeto? De que o Governo assuma o projeto que tramita como uma idéia sua? Mas acho que tem de aprovar a PEC primeiro, para que o projeto possa ter essa possibilidade. E a outra questão que queria falar, é a seguinte: na discussão de Conselho, Senador, eu só queria registrar um entendimento: Acho que grande parte dos problemas que a gente tem, em política pública, é a falta de transparência. Conselho tem de servir para dar transparência ao uso do recurso. O resto a sociedade ajuda a fazer pelos mecanismos de pressão.

**SR. PRESIDENTE PAULO PAIM** (PT – RS) – A primeira pergunta qual foi?

**SR. MARTIM SARAIVA BARBOZA** – Se uma vez aprovada a PEC, se o Governo possa dar sinal verde ao projeto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM** (PT – RS) – Essa pergunta é interessante porque, quando eu apresentei o projeto, o Ministro da Educação era o Tarso Genro ainda, que deu todo o incentivo. O Ministro atual, o Haddad, também esteve aqui, falou sobre esse tema e disse que é fundamental e terá todo o apoio do Governo. O Eliezer Pacheco, que é gaúcho também, que cuida dessa área no Governo, esteve aqui e fez quase que um apelo pela aprovação da PEC. E foi ele que me convidou para estar na Conferência de vocês, para eu fazer uma exposição da PEC, que eles acham de suma importância.

Eu estou convicto, por tudo que eu tenho ouvido ultimamente, que há unanimidade dentro do Governo de apoio a essa PEC. Então, só digo isso para tranqüilizar a todos. É importante a aprovação. Se ela for aprovada, em seguida, nós vamos partir para a regulamentação e aí, vocês principalmente, terão um papel fundamental. Quando eu quis falar aqui, na Previdência, foi nessa linha. Tem de ser transparente, se tem efetivamente, déficit, digamos, até isso eu posso chegar e dizer: Então, vamos fazer uma auditoria na área correspondente, seja desse ou daquele Governo, eu não estou entrando no mérito, Governo Municipal, Estadual ou Federal, fazer auditoria

para ver onde está o furo da bala, o quê que a gente pode fazer. Então, uma transparência, passa, efetivamente, pelo fortalecimento de um Conselho com poder deliberativo, para onde é aplicado o dinheiro.

Fica o compromisso da gente estar na Conferência, onde, acho, o Brasil todo vai estar reunido. Discutindo esse tema e um dos pontos da Conferência, que me passou o Eliezer, é essa questão do financiamento do ensino técnico profissionalizante.

E quem sabe, de lá alguém já apresente uma proposta, aí sim fruto dessa Conferência, de como é que deveria funcionar esse Conselho. Acho que aí nós vamos enriquecendo a construção da redação final. Eu concluo, então, a atual Audiência Pública, não vou citar ninguém no encerramento, citando a todos vocês. Acho que foi um belo momento, quem ganha com esse debate é a sociedade brasileira, quem ganha é a nossa juventude, me permitam dizer, tão perdida nesse momento.

Sou daqueles que estão muito preocupados com o conjunto da juventude desse País. Quando eu digo perdida, é sem grandes opções. A gente percebe, eu vou dar um testemunho da minha caminhada, o desespero da juventude que não consegue pagar uma universidade particular e não tem acesso à federal. Então é, também, nesse viés que eu queria que ficasse a mensagem. Essa juventude pode ter, no ensino técnico profissional, uma grande oportunidade. Eu vou dar um exemplo de quem é gaúcho. É comum, lá no Rio Grande, no Vale dos Sinos, onde eu passo, encontrar amigos meus que foram metalúrgicos dizendo o seguinte: "Paim, a minha família toda trabalha para pagar a faculdade do filho à noite, porque não tem acesso a universidade pública federal como nós gostaríamos". Por isso que tem todo esse debate, hoje, na sociedade.

Claro que tem de haver mais investimento para que um dia a gente possa ver aquele sonho da escola pública livre, gratuita para todos, em todos os níveis, sendo assegurado. Mas não é uma realidade de um País de terceiro mundo. Então, o ensino técnico profissionalizante, para mim, cumpre um papel fundamental. Eu chego a dizer, até mesmo, para pagar a universidade particular. Se eu não posso entrar na federal, que pelo menos, consiga ter uma profissão.

Eu tinha um bom salário e eu agradeço isso ao ensino técnico que eu tive na época. Eu não nego, eu ganhava em torno de dez salários mínimos quando eu estava na fábrica do grupo Tramontina, por quê? Porque eu tinha uma profissão definida, eu tinha um espaço dentro da empresa que me permitia, digamos, ter até uma ascensão.

Mas a grande maioria, hoje, dos trabalhadores, infelizmente não têm espaço na disputa do mercado de trabalho, porque alguns dizem: "Mais de 40?" Têm dificuldade, por discriminação à idade. Bom, chega lá com 18 anos, por exemplo, alguém vai dizer que não tem experiência nenhuma. "Sim, mas o que você sabe? Ah, eu estudei primeiro e segundo grau e estou aí". Não tem experiência. Então, o ensino técnico, para mim, cumpre um papel fundamental para formação e para permitir, efetivamente, que os filhos dos trabalhadores e os trabalhadores, tenham um salário adequado, decente. Que possam, até, pagar o ensino se assim entenderem em, na área correspondente.

Eu encerro, agradecendo a todos vocês e quero repetir isso: A PEC é importante. Tem o apoio de todos os setores da sociedade, inclusive do Governo. Mas ela só será aprovada se houver um grande movimento de pressão em cima do Congresso Nacional. Se ela é aprovada, eu tenho certeza que nós teremos recursos para o ensino técnico profissionalizante em todo o País. Muito obrigado a todos vocês, quero conclamar, ainda, a todos, para fazermos uma grande cruzada, a nível nacional, pela aprovação dessa PEC. Eu acredito que esse País, que eu falei aqui, de terceiro mundo, tem tudo para, um dia, ser um País de primeiro mundo. Mas isso passa também, e não somente, pelo ensino técnico profissionalizante. Uma salva de palmas para todos vocês, muito obrigado, e está encerrada a presente Audiência Pública.

# 1ª Conferência Nacional do Ensino Técnico Profissionalizante

Boa-tarde a todos, homens e mulheres que participam da 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Quero expressar meus agradecimentos pelo honroso convite e demonstrar minha satisfação em participar desta Conferência.

Gostaria de cumprimentar o MEC pela iniciativa, nas pessoas do Ministro da Educação, Fernando Haddad, e do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Eliezer Pacheco.

Cumprimento também os profissionais anônimos, pois tenho a convicção que trabalharam muito para que esse evento se realizasse.

Podem ter certeza que eu acredito que a escola é o verdadeiro berço de novas idéias, de fomento de pensamentos inovadores e da capacitação, mas, principalmente, ela é o fator preponderante para o desenvolvimento de um país.

É inegável que o Brasil tem boas experiências de ensino técnico profissionalizante. Poderíamos aqui falar como exemplo do nosso Rio Grande: a escola de Porto Alegre, de Pelotas, de Novo Hamburgo ou dos Cefet, do Senai, do Senac e das Agrotécnicas espalhados por todo o País.

Estudei no Senai, em Caxias do Sul, mas meu sonho, não realizado, era estudar na Escola Parobé, na capital. Tenho um carinho especial pela Escola Parobé, que hoje oferece aula nos três

turnos, com cinco cursos técnicos profissionalizantes. Mantém convênios com escolas similares da Europa, superando todas as crises ao longo dos seus cem anos, comemorados recentemente.

O "Sistema S" tem sido, igualmente, responsável pela inovação em tecnologia, metodologias e recursos didáticos no campo da educação profissional. Merecem destaque, também, suas ações de aprendizagem, que é um instituto jurídico de largo alcance social, uma vez que combina contratualmente formação e emprego.

Porém, a tradição brasileira no ensino tecnológico secundário não satisfaz as atuais necessidades do País.

Vocês, da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, com 40 anos de trabalho na área educacional técnológica, sabem bem das dificuldades e das necessidades de constantes atualizações para prestar um serviço adequado, que atenda as necessidades da comunidade local e dos mais de 50 municípios atendidos.

Os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET – cumprem, também, um importante papel de expansão do ensino profissionalizante, mas não atendem toda a demanda da nossa sociedade.

Por isso, acredito que precisamos muito mais. Pode ser ousadia, mas quero repetir o pensamento do inesquecível Martin Luther King, assassinado por lutar contra os preconceitos: que o seu sonho era ver negros e brancos caminhando juntos de mãos dadas, sentados à mesma mesa, estudando nas mesmas escolas, desfrutando da sombra das mesmas árvores.

O meu sonho é ver um dia negros, brancos e índios caminhando e desfrutando, em cada município deste País, de um centro profissionalizante que fomente o desenvolvimento da vocação econômica da região.

Estou convencido que o ensino técnico é um instrumento de combate aos preconceitos, de diminuição da violência, e, com certeza, será fundamental na construção de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e libertária.

Não podemos sonhar com um país desenvolvido se desvincularmos as políticas humanitárias do avanço tecnológico.

A escola profissional é vertente de novos conhecimentos, de inovação tecnológica, de pesquisas de capacitação para o trabalho, de combate ao desemprego, enfim, de inúmeras ações que objetivam o desenvolvimento econômico do País como um todo.

Isto tudo deve estar vinculado a uma visão de total desprendimento, onde ninguém, seja discriminado, quer pela origem, pela procedência, pela cor da pele, por gênero, pela idade, pela deficiência ou pela livre opção sexual.

Ousaria dizer que a capacitação profissional é fenômeno de agregação familiar, sendo, inclusive, instrumento de combate ao narcotráfico, pois dá ao jovem, oportunidades de inserção no mercado de trabalho, afastando-o da desocupação e inibindo o aliciamento de traficantes.

A falta de perspectiva dos jovens que saem do ensino médio sem colocação no mercado de trabalho, demonstrada no programa "Globo Repórter" na última sexta-feira, corrobora a importância do ensino profissional.

Estes jovens encontram como única saída a preparação para concursos públicos iniciativa privada exige cada vez mais um conhecimento técnico aprimorado, o que acaba sendo uma barreira para o emprego.

A minha constante preocupação com a ampliação do ensino técnico fez com que, em 2003, eu assumisse a coordenação da Frente Parlamentar que trata do tema no Senado, em parceria com o Deputado Alex Canziani, que é o coordenador na Câmara Federal.

A Frente é composta de 120 deputados e 26 senadores. Precisamos ampliar o número de parlamentares engajados nesta luta, assim poderemos, inclusive, buscar mais investimentos do Orçamento da União para a educação.

Temos uma responsabilidade histórica com a educação profissional. Repito sempre que sou filho do Senai e do Movimento Sindical. Foi lá que aprendi minha primeira profissão, dei os primeiros passos como metalúrgico e na vida política.

Acredito, de coração, que o ensino profissionalizante é de fundamental importância para a construção de um novo perfil da classe trabalhadora, que esteja qualificada a responder aos desafios das modificações tecnológicas do mundo globalizado.

Com a intenção de fomentar a educação profissional no País e de garantir recursos permanentes para esse segmento é que apresentei, no Senado Federal, o projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante – FUNDEP.

Sabemos que de nada adiantam preceitos legais, que vinculem educação e cidadania, se não houver recursos e se os responsáveis pela efetivação dos projetos não estiverem comprometidos e preparados para essa finalidade.

Como lembra Norberto Bobbio (*A era do Direito.* 11ª ed, Rio de Janeiro: Campus, 1992):

"De pouca valia será a lei que aponta um bom caminho se os caminhantes enxergam com clareza, mas têm os pés presos, ou poderiam ter os pés livres, mas têm os olhos vendados."

No dia 28 de junho deste ano, o Fundep foi aprovado na Comissão de Educação do Senado Federal. No momento ele está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça e depois segue para a Comissão de Assuntos Sociais e para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será apreciado em caráter terminativo.

Com a aprovação final do Fundep, de imediato estaremos garantindo significativos recursos para o ensino profissionalizante no Brasil.

Hoje, a previsão de recursos na Lei Orçamentária Anual para todo o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica é inferior ao que pretendemos destinar só para a educação profissional com a aprovação deste importante projeto.

Acredito no amanhã. Acredito no nosso povo, na força da mobilização pela educação e pela cidadania.

A aprovação deste projeto depende da mobilização de vocês e de toda a sociedade organizada no sentido de pressionar o Legislativo Federal, demonstrando a sua importância para a implementação de novos cursos profissionalizantes e como forma de fomentar a capacitação dos trabalhadores, neste mundo cada vez mais competitivo e exigente.

Tenho a certeza que só iremos conquistar uma sociedade verdadeiramente democrática, ética, promotora da identidade cultural e competitiva na economia através do conhecimento e da constante qualificação profissional.

O Fundep construirá um novo perfil da classe trabalhadora, capaz de contribuir para um inovador projeto de desenvolvimento nacional, ajudando a fazer do Brasil um país cada vez mais justo, democrático e soberano.

O projeto de lei foi relatado pelo Senador Juvêncio da Fonseca na Comissão de Educação, que, visando ao aprimoramento da proposição, apresentou voto pela Aprovação do projeto de lei do Senado, com algumas emendas.

Com as emendas do relator, a União fica autorizada a promover aportes de recursos necessários ao funcionamento do Fundo no Orçamento Geral da União – OGU não inferior aos valores correspondentes aos gastos do Sistema "S", que hoje arrecada mais de R$4 bilhões (segundo dados da Secretaria da Receita Federal).

Aprimoramos a formação do conselho deliberativo, que poderá ser composto por 2 (dois) representantes de técnicos na área de ensino, 2 (dois) das escolas técnicas, 4 (quatro) representantes das centrais sindicais e confederações e 4 (quatro) representantes do Governo Federal nas áreas de trabalho e educação.

Além das sugestões apresentadas ao projeto de lei, que é autorizativo, apresentei uma proposta de emenda à Constituição, que tem por fim alterar os arts. 159 e 239 da Constituição Federal (CF) e acrescentar a seu texto o art. 214-A, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional – FUNDEP.

Resumirei a PEC com o seguinte comentário:

Na alteração do art. 159 da CF, a PEC destina ao Fundep dois por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda (IR), bem como do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Quanto ao art. 239, a PEC destina ao Fundep três por cento da arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

A tabela abaixo mostra a estimativa de receita do Fundo, com base na arrecadação de 2004, segundo o relator.

(valores em milhões de reais)

| TRIBUTO | ARRECADAÇÃO (2004) | CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PROPOSTO |
|---|---|---|
| IR/IPI (2%) | 129.958 | 2.599 |
| PIS/Pasep (3%) | 20.060 | 602 |
| Total | 150.018 | 3.201 |

* valor referente a 2002

Se a proposta tivesse sido aprovada em 2005, o Fundep teria à disposição, no exercício de 2006, um montante que poderia superar a marca de R$3,5 bilhões.

O Projeto de Lei do Fundep nº 274/2003 e a PEC nº 24/2005, que traz previsão constitucional do Fundo, estão atualmente tramitando na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, do Senado Federal.

O PLS está com o Senador Alvaro Dias[3], que opinou por sobrestar o andamento do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003, até que haja decisão acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 24. Já a PEC está com relatoria do Senador Juvêncio da Fonseca[4], que já apresentou relatório.

O Senador Juvêncio da Fonseca não retorna ao Senado em 2007. Precisamos trabalhar na indicação de um novo relator comprometido com a causa.

Senhoras e senhores, meu entendimento é de que o ensino profissionalizante ultrapassa a idéia de que é importante apenas a ampliação do número de alunos que teremos.

Se Deus quiser as escolas técnicas passarão também por um processo de valorização dos profissionais da educação, de

[3] Redistribuído em 19 de março de 2007 ao Senador Demóstenes Torres, para emitir relatório.
[4] Redistribuído em 19 de março de 2007 ao Senador Demóstenes Torres, para emitir relatório.

investimentos em infra-estrutura, melhores condições de trabalho e salários decentes.

Estou convicto de que a responsabilidade da educação profissional e valorização dos professores devem ser compartilhadas entre as múltiplas instâncias do Poder Público e da sociedade civil.

Acredito que a educação é como a democracia, uma fonte eterna capaz de dar água a todos que nela forem saciar-se.

Para encerrar, queria dizer a todos vocês que estas propostas estão para a sociedade como uma contribuição para o debate.

Esta conferência, com certeza, há de trazer novas contribuições e eu gostaria muito de levá-las aos relatores da PEC, do projeto e ao próprio Congresso Nacional.

Confesso a todos vocês que este tema me é muito caro, entendo que ele pode ser o grande divisor de águas para melhorar a vida do povo brasileiro.

É um desafio para todos nós transformar este segundo mandato de um operário na Presidência da República, que se chama Luiz Inácio Lula da Silva, num marco para o ensino técnico profissionalizante.

Vida longa a vocês, profissionais do ensino técnico, que deram a sua vida a esta causa para que a caminhada de milhões e milhões de brasileiros possa ser bem melhor.

Vida longa ao ensino técnico profissionalizante!

Meu muito obrigado.

*Senador Paulo Paim*
*PT/RS*

# Novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

A transição do século XX para o XXI coincidiu com uma mudança paradigmática de grandes proporções. A fragilização dos modelos explicativos, a derrocada do socialismo e a revolução nos costumes criaram crises de identidade em todos os níveis. A despeito disso, uma nova perspectiva para a vida humana é o objeto que nos move nesse início de século e de milênio. O aspecto simbólico dessa passagem reitera em nós questões que continuam urgentes, que mobilizaram o desejo e a energia de trabalho das gerações que nos antecederam. Entre essas questões encontra-se a educação, que foi particularmente atingida pela crise e pelas políticas neoliberais, perdendo suas referências. Como política social capaz de emancipar, sua força deve ser renovada por meio de projetos criativos e desafiadores.

O ciclo neoliberal foi definido por um conteúdo ideológico fundado no individualismo e na competitividade que marcam a sociedade contemporânea. Tal ideário e a submissão às normas dos organismos financeiros representantes dos interesses do capital estrangeiro constituíram a base de um processo de sucateamento e privatização, a preço vil, de grande parte do patrimônio nacional, provocando a vulnerabilização da economia brasileira. Dentro desse processo, as universidades públicas e as instituições federais de educação profissional e tecnológica, desmanteladas, tiveram seu funcionamento quase inviabilizado.

O Governo Federal tem implementado, na área educacional, políticas que se contrapõem às concepções neoliberais e abrem oportunidades para milhões de jovens e adultos da classe trabalhadora. Na busca de ampliação do acesso à educação e de permanência e aprendizagem nos sistemas de ensino, diversas medidas estão em andamento.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) injetará R$4 bilhões na educação pública, financiando da educação infantil ao ensino médio. No ensino superior, o Programa Universidade para Todos (ProUni), maior programa de bolsas da história do País, com cerca de 300 mil bolsas já implementadas e ainda em expansão, vem alterando na universidade brasileira não somente a composição de classe como também a étnica; a Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa de cursos superiores a distância, criou mais 60 mil vagas públicas. Além disso, a implantação de uma dezena de novos *campi* universitários e quatro novas universidades ampliam em milhares as vagas públicas nas universidades brasileiras. Na educação profissional e tecnológica, a instalação de 214 novas escolas vem ampliar a Rede Federal na perspectiva de colaboração com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta de educação profissional e tecnológica e ao mesmo tempo, encaminha-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). A Escola Técnica do Brasil, E-TEC Brasil, ampliará as vagas públicas de cursos técnicos possibilitando, pela utilização da modadlidade de educação a distância, a formação de jovens residentes nas periferias dos grandes centros e em regiões isoladas. O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) tem viabilizado a formação plena de sujeitos, até então, excluídos dos sistemas de ensino. O Programas Escola de Fábrica, educação em ambiente de trabalho, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), com todas as limitações que possam ter, estendem a mão a milhares de jovens, reforçando seus vínculos com a escola. O debate sobre uma política específica de financiamento para a educação profissional tem assumido grande

importância, particularmente após a PEC de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o FUNDEP (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional).

Esta discussão é da maior relevância e tem de ser aprofundada. No entanto, ainda sofremos as conseqüências de quase duas décadas de políticas privatistas. Além disso, a escola, como instituição da sociedade, é pressionada pelos valores de sua época. A profunda degradação das relações humanas perpassa todo o tecido social, ocupando lugar de destaque na comunicação de massa e interferindo, também, nas relações que acontecem no universo educacional.

Não podemos nos submeter a essa política na exata medida em que um projeto democrático é construído coletivamente. Nos recusamos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a educação à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista.

Como agentes políticos comprometidos com um projeto democrático e popular, precisamos ampliar a abrangência de nossas ações educativas. A educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social: uma escola vinculada ao mundo do trabalho numa perspectiva radicalmente democrática e de justiça social.

Nossos projetos pedagógicos têm de estar articulados, especialmente, com o conjunto de organismos governamentais ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos. Devem afirmar práticas de transformação escolar com o objetivo de construir diferentes propostas que apontem os elementos do novo mundo possível.

Por essa via, compreende-se que a educação não ocorre apenas nos espaços de educação formal. Ela resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da sociedade pela ação do conjunto das organizações em geral, na qual o Poder Público e

a sociedade, de forma articulada, exercem sua função educadora na busca da construção de uma cultura fundada na solidariedade entre indivíduos, povos e nações, que se opõe ao individualismo neoliberal.

A partir dessa consciência, todos aqueles que interagem com educandos são educadores, cada um dentro da especificidade de sua tarefa. Professores, técnicos, funcionários etc. são todos trabalhadores em educação e suas atuações na escola devem ser integradas pedagogicamente, tendo o reconhecimento da escola enquanto ação educativa.

A intervenção no processo didático-pedagógico se completa, no âmbito da escola, com a participação organizada dos pais ou responsáveis e da comunidade, especialmente através de suas organizações sindicais e populares. Esta ocorre principalmente no âmbito do Conselho Diretor, instituição autônoma e instância máxima da instituição educacional. Os Conselhos Diretores, órgãos coletivos e expressão legítima da comunidade em seu conjunto, devem se constituir como definidores da identidade de cada unidade e gestores da integração dessa com a sociedade.

A escola, seja do nível que for, é parte da comunidade e, na maioria dos casos, o único espaço público de integração, organização e lazer disponível. Dessa forma, deve estar, permanentemente, aberta à população e firmar-se como um efetivo pólo cultural. Para isso, é indispensável um trabalho integrado entre conselhos e direções. Nosso objetivo central, nesse aspecto, deve ser a disponibilização de todos os espaços escolares para a comunidade. Isso somente será possível na  medida em que as organizações comunitárias passem a assumir, também, a tarefa de gerir estes espaços e zelar pelo patrimônio público. Não se trata de algo simples, porém possível de ser concretizado por meio do diálogo e da organização. São esses arranjos que permitem a construção da autonomia de cada unidade, sustentada na participação de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Naturalmente, isso não significa falta de direção, mas, sim, a possibilidade de que o projeto pedagógico seja permeado pela vida concreta de cada comunidade, possibilitando diferentes abor-

dagens do projeto através de uma construção coletiva pela comunidade escolar.

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um projeto democrático, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma educação que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso, a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social.

No conceito de inclusão, temos de abrigar o combate a todas as formas de preconceito, também geradores de violência e intolerância, através de uma educação humanista, pacifista, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos independentemente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou quanto à orientação sexual.

Assim, diante dessas novas perspectivas para a Rede Federal de Educação Profissinal e Tecnológica, torna-se absolutamente importante definirnos claramente o protagonismo daqueles que fazem educação em cada instituição de ensino e da sociedade como um todo. Os índices de sucesso escolar ou acadêmico, a valorização dos educadores da rede, o conceito de educação que não se limita à ação escolar, mas envolve a comunidade, desmonstram o vigor da mesma.

Quanto à Setec, o conteúdo do nosso trabalho procura afirmar a possibilidade que possui o gestor público de administrar e transformar a educação em um instrumento a serviço da inclusão, da emancipação e da radicalização democrática.

O restabelecimento do ensino médio integrado, numa perspectiva politécnica, é fundamental para que estes objetivos sejam alcançados. Igualmente, o Proeja é parte indissolúvel desta política por seu potencial inclusivo e de restabelecimento do vínculo educacional para jovens adultos e adultos.

Quando lembramos que um Colégio Industrial Português possibilitou o surgimento de um José Saramago, é importante registrar que isto somente foi possível porque aquela escola

possuía em seu currículo, como ele lembra, física, química, matemática, mecânica, desenho industrial, história, filosofia, português e Francês, entre outras disciplinas.

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, que poderia ser tanto técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música, tão cultivada em muitas de nossas escolas, deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. Novas formas de inserção no mundo do trabalho e novas formas de organização produtiva como a economia solidária e o cooperativismo devem ser objeto de estudo na rede federal.

Essencial para a realização desses objetivos é a adoção de medidas consistentes no sentido de democratizar o acesso aos cursos oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, sob pena de a expansão e qualificação da mesma serem apropriadas pelas minorias já tão privilegiadas. Temos excelentes experiências em curso que podem ser ampliadas e disseminadas com a brevidade possível. Quotas para oriundos da escola pública e afrodescendentes, sorteio etc. são iniciativas que podem e devem ser implementadas.

A Rede Federal, por sua excelência e vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um projeto político-pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos, capazes de se inserir no mundo do trabalho compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capaz de superar a barbárie neoliberal e restabeler o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século.

**Eliezer Pacheco**

*Secretário de Educação Profissional e Tecnológica*
*do Ministério da Educação*

## Principais Perguntas e Respostas sobre o Fundep

### 😐 *O que é uma escola profissionalizante?*

A educação profissional, hoje, está posta para os sistemas educacionais como modalidade de ensino que se articula e se integra com seus níveis, ou seja, educação básica e educação superior. Educação profissional no contexto da educação pública brasileira e no âmbito das redes estaduais de ensino é a possibilidade do jovem e adulto trabalhadores terem acesso a uma educação de qualidade que lhes dê condições efetivas de compreender os fundamentos técnico-científicos da produção moderna. A educação profissional está entre os principais requisitos para as dimensões de vida das pessoas, pois engloba o direito ao trabalho entendido como produção especificamente humana, em que estabelece relações com seus pares, produz conhecimentos, dá condições de participar da produção de bens, implicando a capacidade social de acesso democrático a tudo que for produzido. educação profissional deve ser entendida como direito do cidadão e, portanto, responsabilidade do Estado em ofertá-la com qualidade e organicidade articulada à educação básica e a políticas de geração de trabalho e renda, as quais promovam a "inserção ativa e autônoma nos processos de produção, mormente sob as novas bases da ciência e da tecnologia"(FRIGOTTO, 2007). Entendemos que a educação profissional necessita ser melhor estudada e assumida pelo Poder Público respeitando o art. 205 da Constituição Federal que diz: "A educação, direito de todos e dever do Estado

e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Para tanto, torna-se prerrogativa que a educação profissional esteja explicitamente identificada em lei, fator que respaldará destinação efetiva de recursos a partir de fontes financiadoras que ora são previstas para a educação básica, o que impede sua utilização na totalidade de formas de oferta da educação profissional.

### 😐 *Como se deu o início do ensino profissionalizante no Brasil?*

Vamos pensar na Independência do Brasil, que aconteceu em 1822. A partir daquela época começaram a aparecer cursos profissionais, de nível superior (faculdades) e de nível básico, como escolas agrícolas, industriais e comerciais. No começo do século XX, o Governo Federal fundou, na maioria das capitais, escolas de artífices, que depois se transformaram em escolas técnicas. E, no interior, escolas agrotécnicas. Elas foram a semente do sistema federal de educação profissional, que hoje atende mais de 100 mil estudantes. No Brasil, mais precisamente da década de 1940 para cá, surgiu um poderoso sistema de aprendizagem e ensino profissional por parte dos patrões, principalmente no ramo da indústria, do comércio e dos serviços. Assim, nasceram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e mais recentemente surgiram o SENAR e SENAT, nas áreas da agricultura e dos transportes, respectivamente.

### 😐 *O que é o Fundep?*

A educação escolar hoje compõe-se da educação básica e da educação superior. A educação básica, por sua vez, compõe-se da educação infantil, do ensino fundamental obrigatório de nove anos e do ensino médio. Este último pode ser oferecido na mo-

dalidade de educação profissional. Como vocês sabem, defendo a implantação de escolas técnicas profissionalizantes nos municípios brasileiros por acreditar que elas são horizontes próximos e viáveis. Seja por meio do PLS nº 274/03 ou da PEC nº 24/05 que versa sobre o mesmo tema. O Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador foi criado com o objetivo de democratizar o acesso aos cursos da respectiva modalidade de ensino.

### 😐 *Onde o Fundep buscará os recursos financeiros para a manutenção das escolas técnicas?*

O Fundep será criado com dotações definidas na Constituição. São 2% do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Além disso, a PEC prevê mais 3% da arrecadação das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP). Se a PEC nº 24/05 for aprovada em 2007, estima-se que em 2008 o recurso previsto para o fundo gire em torno de R$5 bilhões. É importante ressaltar que a criação do fundo não onera o Tesouro, nem sacrifica outras políticas públicas.

### ☺ *Quais os resultados esperados?*

O Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional tem dentre suas finalidades o estabelecimento de uma política pública para a Educação Profissional e Tecnológica do País, por parte do Governo Federal, associada às políticas estaduais destinadas a esta área. Para tanto, toda e qualquer política pública que se queira implementar deve ter como um dos pilares uma política de financiamento, que organize as fontes de recursos, juntamente com seus mecanismos de gestão e controle.

Atualmente, a Educação Profissional promovida pelas redes públicas estaduais de ensino não possuem uma fonte de financiamento que as sustentem. As responsabilidades constitucionais das

esferas públicas: federal, estaduais ou municipais, observando ainda diferentes ministérios e suas secretarias demonstram a necessidade da definição de recursos nacionais permanentes para esse fim. Os estados têm como função prioritária atuar com o ensino fundamental e médio, em especial com o último, por ser a etapa final da educação básica. A educação profissional está posta na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 como uma modalidade de ensino, o que não lhe confere identidade, pois o capítulo I "Da composição dos níveis escolares" define dois níveis I – Educação Básica que é formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio e, II – educação superior. Se a identidade está nebulosa a destinação de recursos se torna ainda mais e, as três instâncias de governo, por questões conjunturais, priorizam ações que lhe são definidas por lei como de responsabilidade direta.

Assim, temos um marco legal que leva a uma fragilização do assumir da responsabilidade por parte dos agentes públicos para com a formação profissional.

Sob esse contexto, a definição pela implantação de um Fundo Nacional para a educação profissional é condição primária e estratégica para o País. Existe uma rede pública que oferece a educação profissional aos jovens e adultos trabalhadores de todo o Brasil, dando condições de profissionalização e inclusão cidadã. Mas, estas redes, em especial a rede pública estadual de cada estado brasileiro, representada por mais de 700 unidades educacionais, necessita ser expandida fisicamente e consolidada técnico-pedagogicamente. Para isso, somente se tivermos uma fonte de financiamento permanente, que não seja por intermédio de projetos e programas pontuais, fator que leva a cada término de gestão governamental em qualquer uma das instâncias ou mesmo, a finalização de projetos, a desestabilização dessas redes.

Nesse sentido, a criação de um Fundo de Financiamento específico para a Educação Profissional Pública Nacional, se apresenta como uma forma de fortalecer e democratizar a formação profissional, dando condições de inserção no mundo do trabalho,

possibilitando a melhoria de vida da população brasileira com vistas a sua mobilidade social.

O Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional entende que uma fonte de financiamento própria para a Educação Profissional se tornará um divisor de águas no sentido de fortalecimento e desenvolvimento de uma Política Nacional que responderá as necessidades continentais do Brasil e as mudanças científico-tecnológicas do mundo produtivo.

Um Fundo Nacional de Financiamento para Educação Profissional, permitirá:

*a)* criar um sistema nacional de formação profissional;

*b)* qualificar a oferta da Educação Profissional nas suas diferentes formas, incorporando tecnologias nas escolas e reorganizando os currículos para melhor adequá-los às demandas do mundo do trabalho;

*c)* ampliar o número de vagas públicas, buscando superar o número de matrículas existentes nos cursos superiores;

*d)* criar sistema próprio de acompanhamento, avaliação e controle da educação profissional;

*e)* desenvolver programas de formação pedagógica e programas de formação continuada para profissionais de educação que atuam na área de educação profissional para as suas diferentes formas de oferta;

*f)* contrair recursos internacionais;

*g)* financiar a manutenção e o desenvolvimento da educação profissional, indo além de recursos apenas para sua expansão e construção;

*h)* desestimular a concorrência entre as redes que oferecem educação profissional, potencializando a cooperação;

*i)* desenvolver programas de apoio à iniciação científica e tecnológica, sustentando projetos de caráter científico;

*j)* financiar pesquisas de demanda que identifiquem necessidades sociais, culturais e produtivas;

*l)* estabelecer intercâmbios educacionais, culturais e técnicos, para professores e alunos, entre escolas das diferentes regiões de um mesmo estado, do País, assim como unidades de outros países;

*m)* financiar escolas que desenvolvem projetos e cursos vinculados as áreas agrotécnicas e agrícolas, tendo a sustentabilidade ambiental e humana como princípio norteador;

*n)* promover programas de formação profissional articulados e integrados à educação básica, assim como a elevação de escolaridade.

A criação de um fundo estará efetivamente estabelecendo um dos pilares para a constituição de uma política pública para a educação profissional, dando condições do seu fortalecimento fundado em princípios da ciência, cultura, tecnologia e trabalho.

Um projeto como este desencadeará a necessidade de uma gestão pública e democrática dos recursos públicos investidos, sob um acompanhamento transparente, eficaz e ágil definidos para o interesse nacional e da população menos favorecida.

O Fórum Nacional se coloca como interlocutor de muitas vozes as quais estão no processo há décadas e corrobora com discussões e propostas que vem sendo construídas nos seminários promovidos e nas propostas emanadas na Conferência Nacional de Educação Profissional, de novembro de 2006. Cabe a todos os envolvidos, seja do meio político, educacional, governamental, empresarial buscar formas de desencadear os encaminhamentos para a efetivação dessa política de financiamento que trará benefícios reais para um mundo real que afetará as gerações presentes e futuras.

*(Texto construído com a colaboração da Srª Édna Corrêa Batistotti, coordenadora do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional e da Consultoria Legislativa do Senado Federal.)*

## Vamos unir Esperanças e Esforços

A Organização Internacional do Trabalho chama a atenção para o fato de que o desemprego, a informalidade e inatividade ameaçam jovens da América Latina e Caribe.

O relatório "Trabalho decente e juventude na América Latina" apresentado em 2007 em Santiago, no Chile, destacou que cerca de 10 milhões de jovens estão desempregados na região, o que equivale a 16 por cento da força de trabalho entre 15 e 24 anos, um nível três vezes superior ao dos adultos. Além disso, cerca de 30 milhões de jovens estão empregados na economia informal, onde predominam as más condições de trabalho, e cerca de 22 milhões de jovens não estudam nem trabalham, freqüentemente devido à falta de oportunidades ou à frustrações seguidas, o que poderia colocá-los em situação de risco social.

O Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia disse que: "Em todo o mundo homens e mulheres jovens, quando têm oportunidade, realizam importantes contribuições como trabalhadores produtivos, empresários, consumidores, membros da sociedade civil e agentes de mudanças".

Ele advertiu ainda que, "condenados ao desemprego, a empregos informais ou à condições de emprego precárias, os jovens costumam encontrar-se em meio a um círculo vicioso de pobreza que afeta a auto-estima, gera desalento e limita suas esperanças".

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em pesquisa realizada, concluiu que as escolas podem salvar vidas.

De acordo com o levantamento, quanto menos tempo o jovem passa na escola, mais chances ele tem de ser assassinado.

A pesquisa usou dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Segundo o pesquisador a taxa de homicídios no Brasil é de 26 mortes a cada 100 mil habitantes. Sendo que, se pegarmos os jovens com escolaridade entre um e três anos, a taxa é dez vezes maior.

Por exemplo: no universo de homens entre 18 e 25 anos, com escolaridade de até três anos, cuja renda per capita seja equivalente a R$112, a taxa de homicídios é de 237,67 em cada cem mil habitantes.

Ambos estudos nos revelam uma coisa: falta investimento em educação, em qualificação profissional. Não há como negar.

Ao mesmo tempo em que me entristeço vendo estes dados, sinto enorme esperança de ver este quadro se modificar. Sei que quantos mais se engajarem nesta luta, maiores possibilidades de resultados positivos teremos.

A idéia inicial do ensino profissionalizante está sendo aceita em diversos locais e nas mais diversas esferas. Lembro novamente o apoio que temos do Governo Federal por meio do Ministério da Educação.

Além disso, tendo formação básica de qualidade e a possibilidade de uma especialidade técnica valorizada pelo mercado de trabalho, os jovens serão estimulados a continuar os estudos.

É um ciclo. Eles passarão a ter confiança em um futuro melhor. A marginalidade e o crime não serão mais suas únicas alternativas.

Ao unirmos esperanças e esforços estamos formando uma grande corrente de ideais e de atitudes tão necessários para a construção de um futuro mais promissor.

Se nós acreditamos e agimos, o resultado só pode ser positivo.

Pensem um pouco nesta história, que de forma bastante inocente, nos coloca frente ao acreditar e agir e nos convida a refletir sobre nossa postura diante da vida:

Uma linda seringueira, que já contava muitos anos, viu a floresta onde estava plantada ser ameaçada pela destruição de um

anunciado vendaval. Ela chama a atenção dos paus-brasil, dos buritis, das caviúnas do cerrado, das copaíbas, das gameleiras, dos sombreiros, das imburanas, dos ipês, enfim, de todas as árvores que sofrerão com esse terrível desastre.

Logo o tumulto começa e a especulação sobre os possíveis danos é grande. Galhos e folhas se agitam e a fauna também percebe que algo muito grave se avizinha. Os pássaros voam de lá para cá, assustados com o alvoroço daquelas que tantas vezes lhes concedem o repouso e o alimento.

A notícia do vendaval corre entre a bicharada que teme pela segurança de suas amigas árvores. Eles querem auxiliá-las e perguntam como podem fazê-lo. A seringueira agradece o apoio e pede que se acalmem, que procurem um abrigo seguro e que confiem na força histórica de uma flora rica, que remonta anos de solidez.

Então, a seringueira estende seu olhar sobre suas vizinhas e vê uma arvorezinha muito frágil mortificada pelo medo e lhe diz:

"Pequena, não se assuste assim, nós já passamos por diversos vendavais e choramos a perda de muitos dos nossos galhos, mas nosso tronco permaneceu firme."

"Mas meu tronco é tão pequeno, não tenho força para lutar contra o vendaval. Ainda não me sinto pronta para enfrentar esse vento que pretende engolir tudo ao seu alcance" – disse a pequena.

"Basta que você acredite que é capaz de enfrentar obstáculos e que lute segundo suas possibilidades. É o que todas nós faremos e certamente colocaremos nisto toda nossa determinação e coragem."

Pois bem, o vendaval chegou, cercou-as com seu furor, revolveu a terra, decepou galhos de todas as idades, derrubou folhas e frutos, mas, as árvores se uniram, entrelaçaram suas raízes firmando-as com vigor na terra, formaram uma barreira protegendo as árvores mais fracas e abafaram a força daquele vento descomunal.

Passado aquele momento, houve uma gritaria geral e elas sabiam que haviam vencido. Podiam ver seus galhos e frutos derrubados ao chão, mas sentiam-se firmes e fortes para fazê-los brotarem com novo vigor.

Ao ver a pequena sofrida, quase destruída, a seringueira lançou-lhe um olhar fraternal e preocupado. Perguntou-lhe como se sentia de todo.

Ela prontamente respondeu: "Sinto-me viva e firme, capaz de colaborar mesmo não sendo minha força assim tão grande. O vendaval mostrou seu poder, mas nós o enfrentamos, juntamos nossos esforços e provamos que acreditando e agindo somos capazes de conquistar a vitória."

Lembrem-se: Unir esforços significa a parcela que cada um dedica ao ideal projetado a fim de que o resultado final seja a realização deste projeto.

De que forma estamos nos comportando frente às expectativas das gerações futuras?

O que podemos fazer para mudar as condições adversas que os afetam?

Deixo ao final, meu convite para que busquemos novas alternativas, acreditemos nelas e coloquemos mãos à obra.

Meu coração acredita no ensino técnico profissionalizante e se você acredita também, siga comigo neste sonho e vamos transformá-lo em realidade!

## Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2003

De autoria do Senador Paulo Paim
Alterado com as emendas do relator

*Autoriza a União a instituir o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e de Qualificação do Trabalhador (FUNDEP), e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a instituir o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e de Qualificação do Trabalhador (FUNDEP), de natureza contábil, destinado à manutenção e ao desenvolvimento de programas de educação profissional.

§ 1º São objetivos do Fundep:

I – criar oportunidades de emprego e geração de renda;

II – promover a descentralização e a regionalização de ações da educação profissional;

III – articular a educação profissional com as políticas públicas de geração de emprego e renda;

IV – combater a pobreza e as desigualdades sociais e regionais;

V – elevar a produtividade e a competitividade do setor produtivo.

Art. 2º Os recursos do Fundep serão aplicados, prioritariamente, em:

I – construção, ampliação e reforma de edificações e instalações de centros de educação profissional;

II – aquisição de equipamentos técnico-pedagógicos e de gestão;

III – aquisição de materiais didáticos;

IV – capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo;

V – prestação de serviços de consultoria para a realização de estudos nas áreas técnico-pedagógica, de gestão e industrial.

Art. 3º Fica a União autorizada, ainda, a partir de 2007, inclusive, a promover o aporte de recursos necessários ao funcionamento do Fundep.

Parágrafo único. O aporte anual de recursos orçamentários destinados ao Fundep não poderá ser inferior aos gastos das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, nos termos do art. 240 da Constituição Federal, apurados com base no orçamento dessas entidades, relativo ao exercício imediatamente anterior.

Art. 4º Fica a cargo do Poder Executivo a criação de conselho deliberativo do Fundo, que poderá ser composto por 2 (dois) representantes de técnicos na área de ensino, 2 (dois) das escolas técnicas, 4 (quatro) representantes das centrais sindicais e confederações e 4 (quatro) representantes do governo federal nas áreas de trabalho e educação.

Art. 5º Poderá ser contratada auditoria externa, às expensas do Fundo, para certificação do cumprimento das disposições constitucionais e as estabelecidas, nesta lei, além do exame das contas e outro procedimentos usuais de auditagem.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Senador *Paulo Paim*

## Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim

Alterado com as emendas do relator

*Altera os arts. 159 e 239 da Constituição Federal e acrescenta o art. 214-A a seu texto, para dispor sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 159 e 239 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159. .....

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e nove por cento na seguinte forma:

.....

*d)* dois por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional. (NR)"

"Art. 239. .....

§ 1º Dos recursos mencionados no *caput* deste artigo, serão destinados, pelo menos:

I – quarenta por cento para financiar programas de desenvolvimento econômico, através do Banco Nacional de Desenvol-

vimento Econômico e Social, com critérios de remuneração que lhes preservem o valor;

II – três por cento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.

..... (NR)"

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 214-A:

> Art. 214-A. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional, com o objetivo de democratizar o acesso aos cursos da respectiva modalidade de ensino.
>
> § 1º O Fundo de que dispõe este artigo será formado pelos recursos a que se referem os arts. 159, I, d, 239, § 1º, II, além de outras fontes previstas em lei.
>
> § 2º Os recursos do Fundo serão distribuídos aos estabelecimentos de ensino públicos e privados especificamente conveniados, observado o disposto no art. 213, na proporção do número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino, considerada, ainda, a diferenciação por cursos.
>
> § 3º As instituições beneficiárias do Fundo devem assegurar a oferta gratuita de vagas em seus cursos na proporção dos recursos recebidos.
>
> § 4º O Fundo de que dispõe este artigo terá conselho consultivo e de acompanhamento, formado por representantes do poder público e da sociedade civil.
>
> § 5º A lei disporá sobre a organização do Fundo, a distribuição de seus recursos, sua fiscalização e controle, bem como do conselho de que trata o § 4º.

Art. 3º O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários a regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alteração na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à educação profissional.

Art. 4º Esta Emenda entra em vigor a primeiro de janeiro do ano subseqüente ao de sua promulgação.

**Justificação**

A educação escolar, de acordo com a Constituição Federal, é direito de todos e dever do Estado e da família (art. 205) A educação profissional, tal como definida na Lei nº 9.394, de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é uma modalidade da educação escolar que conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, concretizando um dos objetivos gerais da educação – a qualificação para o trabalho.

Segundo a LDB, a educação profissional pode integrar-se a três etapas da educação: o ensino fundamental, o ensino médio e a educação superior. Ou, ainda, pode ser desenvolvida por diferentes estratégias de educação continuada.

Historicamente, a educação brasileira, de forma declarada ou não, sempre se pautou por um dualismo estrutural: para os filhos das classes alta e média previa-se um percurso contínuo, que passava por toda a educação básica e se concluía em cursos de graduação e, mais recentemente, de pós-graduação; já para as classes populares, ou se negava a escolarização, ou se a limitava a um breve percurso, que começava pelo ensino primário, mais ou menos longo, e se concluía em um curso profissionalizante, oferecido pela rede pública, pelo sistema patronal ou por escolas privadas.

Na década de setenta do século XX, houve uma tentativa de profissionalização compulsória para todos que concluíam o ensino de 1º grau de oito anos e ingressavam no segundo grau. Desnecessário dizer que logo se fez a marcha à ré, o que motivou

uma supervalorização do ensino médio propedêutico e a corrida para os cursos superiores. De 1995 para 2004, a matrícula em cursos profissionais de nível médio reduziu-se a um quinto do que havia no início da década de noventa.

O Decreto nº 2.208, de 1997, radicalizou o caráter de formação geral do ensino médio, proibindo a oferta de cursos profissionais nessa etapa final da educação básica com currículo integrado. Pensava-se que a independência das várias possibilidades de educação profissional em relação ao ensino médio de três anos, com a conseqüente redução de seus cursos para um ano letivo, facilitaria a multiplicação de sua oferta. Aconteceu exatamente o contrário: para o aluno que já concluiu o ensino médio, pareceu mais natural e promissor continuar os estudos na universidade; para os governos estaduais, a oferta de cursos profissionais suplementares representariam um encargo financeiro insuportável, principalmente porque 60% de suas verbas estão destinadas obrigatoriamente ao ensino fundamental e 40% já são disputadas pelas matrículas crescentes do ensino médio e superior.

Entretanto, os adolescentes que terminam o ensino fundamental, bem como suas famílias, estão decepcionados, para não dizer angustiados, com a ausência de oferta de cursos profissionais de nível médio que antes lhes asseguravam não somente a preparação para o trabalho como a possibilidade de um melhor emprego. De outro lado, o mercado de trabalho continua a reclamar a presença de profissionais de nível médio para as inúmeras e novas tarefas do mundo produtivo.

Esses adolescentes e jovens, quando encontram alguma alternativa, têm que arcar com custos crescentes tanto nas escolas privadas como na rede de educação profissional, antes gratuita, de entidades como o Senai, o Senac, o Senar e o Senat, administradas pelos empresários e financiadas basicamente por contribuição compulsória das empresas recolhida na folha de pagamento de seus empregados.

Recentemente, o Decreto nº 5.154, de 2004, embora conservando a alternativa de cursos com matrículas independentes, voltou a admitir a oferta de cursos profissionais integrados de

nível médio, dentro das vinte áreas previstas pela Resolução nº 4, de 1999, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Essa decisão facilita não somente a oferta como o financiamento da educação profissional de nível médio, que passa a fazer parte integrante da educação básica e poderá ser incluída no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que se pretende criar.

É unânime o pensamento dos educadores, dos trabalhadores e da classe patronal: a educação profissional precisa contar com uma fonte segura de financiamento, não somente para sua manutenção, mas, principalmente, para sua expansão e desenvolvimento.

Tal é o objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição. Por ela, fica constituído um fundo nacional, com receitas oriundas de diversos impostos e contribuições – o que não onera o tesouro, nem sacrifica outras políticas públicas –, destinado a compor com os recursos originários dos governos federal, estaduais, municipais, do Distrito Federal e de instituições patronais e privadas as verbas necessárias para fazer face à demanda crescente por cursos profissionais, não somente de nível médio como das outras tipificações contidas no Decreto nº 5.154, de 2004.

Espera-se arrecadar para o Fundo pelo menos R$2,6 bilhões, com origem no Imposto sobre a Renda (IR) e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com recursos provenientes do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), é possível chegar a uma receita de, no mínimo, R$600 milhões. Já do Sistema "Sa" contribuição seria superior a R$1,2 bilhão. Com mais de R$4,4 bilhões, a União, por meio de mecanismos legais de decisão pública colegiada, repassará recursos para as escolas, obedecendo primariamente ao critério de matrículas, segundo a forma da lei.

A implantação desse fundo não impede que as matrículas dos cursos profissionais em escolas públicas sejam também contempladas pela sistemática de financiamento do Fundeb, sob cuja responsabilidade devem recair os encargos básicos de manutenção do ensino médio, principalmente da remuneração dos profissionais.

Decorridos dois a três anos da implantação do presente Fundo, espera-se triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores. Só assim se começará a saciar a fome da sociedade, dos adolescentes, jovens e adultos, por uma efetiva qualificação para o trabalho, único mecanismo definitivo de inclusão social.

Sala das Sessões,

Senador *Paulo Paim*

## Projeto de Resolução nº 24, de 2007

De autoria do Senador Paulo Paim

*Institui a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante.*

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Com a finalidade de promover um amplo debate no Congresso Nacional, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade, em busca de soluções viáveis para a atual crise social brasileira, particularizada por índices recordes de desemprego e de subemprego, bem como o baixíssimo nível de escolaridade dos nossos jovens, fica instituída a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante será integrada, inicialmente, pelas Senhoras Senadoras e pelos Senhores Senadores que assinarem a ata da sua instalação, podendo a ela aderir outros parlamentares detentores de mandato popular.

Art. 3º A Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante reger-se-á por Regulamento Interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**Justificação**

Todo mundo sempre ouviu, da boca das autoridades de todos os governos, a repetida afirmação da primazia da educação como caminho para superar as desigualdades sociais, para qualificar os trabalhadores brasileiros e para promover o desenvolvimento econômico do País. Os acadêmicos e os comentaristas econômicos já escreveram laudas e mais laudas de estudos e artigos afirmando a mesma coisa. Apesar de todo esse palavrório, desse aparente consenso, nosso sistema público de ensino continua com sérios problemas. Os resultados dos estudantes brasileiros, de todos os níveis escolares, comprovam que ainda há muito a se fazer, no que diz respeito à garantia de qualidade do ensino.

O fato é que sempre houve, até recentemente, um descompasso entre discurso e ação, a distância entre diagnóstico, correto, e ação remediadora, cronicamente ineficaz. Talvez essa dissonância se deva a uma falta histórica de real compromisso das elites dirigentes com a melhoria das condições de vida do povo. À falta de determinação, da parte de tantos governos, de fazer a educação chegar com qualidade lá na ponta do sistema, na professora ou no professor em sala de aula.

Felizmente, isso mudou. Temos hoje uma administração federal verdadeiramente comprometida com o progresso das camadas populares, determinada a passar das palavras aos atos. Prova disso é a recente apresentação do Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE), uma série inédita de medidas objetivas de intervenção no sistema educacional brasileiro, com previsão do aporte necessário de recursos e da cobrança de resultados.

Estou certo de que se trata do passo decisivo para um salto qualitativo, a fim de mudar os resultados dos estudantes brasileiros nas avaliações nacionais e internacionais de desempenho escolar. Resultados que poderemos observar, com toda a certeza, quando as próximas gerações, que forem entrando no sistema es-

colar à medida que o Programa for sendo implantado, chegarem aos níveis em que passam pelos exames.

Entretanto, os trabalhadores, destinatários e principais interessados no avanço do ensino técnico, vêm reivindicando participação na gestão dos recursos destinados ao ensino profissionalizante. Nada poderia ser mais justo do que essa democratização administrativa, e a recusa insistente das associações patronais deve ser, no mínimo, considerada com alguma suspeita.

E o que não falta são denúncias de irregularidades, sobretudo no relacionamento entre as federações regionais e as confederações nacionais de empresas e entidades, principalmente a do Sistema S. Uma das críticas refere-se à falta de articulação com o ensino regular, que tem causado certa defasagem, certa estagnação da formação profissional em um tempo de rápida mudança tecnológica.

Somente com educação de qualidade em todos os níveis e modalidades, monitorada pela sociedade, construiremos a Nação que todos desejamos. Passemos logo das palavras às ações!

Sala das Sessões,

Senador *Paulo Paim*

## CONTATOS COM O GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

Brasília
Endereço: Praça dos Três Poderes
Senado Federal
Anexo I – 22º andar – sala 4
CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3303-5232
Fax: (61) 3303-5235
E-mail: paulopaim@senador.gov.br
Blog: http://paulopaim.blogspot.com
www.senado.gov.br/paulopaim

Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Guilherme Schell, 6922 – Centro – CEP 92310-001
– Canoas – RS
Telefone: (51) 3472-5979

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF